Revista do Conselho Federal de Economia – COFECON

Ano VII – Nº 21 – Setembro de 2016

ECONOMISTAS

XXV Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia: Desafios da Economia Brasileira.

Reforma da Previdência:
Milko Matijascic e Rogério Costanzi

Política Externa:
Embaixadores
Samuel Pinheiro Guimarães
e José Botafogo Gonçalves

Política Fiscal e Tributária:
Roberto Piscitelli e
Carlos Eduardo de Freitas

www.cofecon.org.br

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

EXPEDIENTE

PRESIDENTE
Júlio Miragaya

VICE-PRESIDENTE
Odisnei Antônio Béga

CONSELHEIROS EFETIVOS
Júlio Miragaya
Odisnei Antônio Béga
Antonio Melki Júnior
Bianca Lopes de Andrade Rodrigues
Celina Martins Ramalho
Denise Kassama Franco do Amaral
Eduardo José Monteiro da Costa
Felipe Macedo de Holanda
Henri Wolf Bejzman
Jin Whan Oh
João Manoel Gonçalves Barbosa
Luiz Alberto de Souza Aranha Machado
Nei Jorge Correia Cardim
Nelson Pamplona da Rosa
Paulo Hermance Paiva
Paulo Salvatore Ponzini
Pedro Andrade de Oliveira
Róridan Penido Duarte

CONSELHEIROS SUPLENTES
Arthur Nemrod Menezes Guimarães
Carlos Alberto Safatle
Eduardo Rodrigues da Silva
Fernando da Silva Ramos Filho
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Henrique Jorge Medeiros Marinho
José Antonio Lutterbach Soares
Lourival Batista de Oliveira Júnior
Marcelo Martinovich dos Santos
Maria de Fátima Miranda
Mônica Beraldo Fabrício da Silva
Paulo Brasil Corrêa de Mello
Paulo Roberto Polli Lobo
Regina Lúcia Gadioli dos Santos
Sebastião Demuner
Valery Maineri König

CONSELHO EDITORIAL
Júlio Miragaya
Odisnéi Béga
Antonio Corrêa de Lacerda
Celina Martins Ramalho
Dércio Munhoz
Felipe Macedo de Holanda
Jin Whan Oh
José Luiz Pagnussat
Luiz Alberto Machado
Luiz Carlos Delorme Prado
Róridan Penido Duarte
Sidney Pascoutto

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO
Júlio Miragaya (Coordenador)
Celina Martins Ramalho
Denise Kassama Franco do Amaral
Eduardo Reis Araújo
Jin Whan Oh
João Manoel Gonçalves Barbosa
Luiz Alberto de Souza Aranha Machado
Ricardo Valério Costa Menezes
Simone Magalhães

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
Natália Kenupp – Assessora de Imprensa
Manoel Castanho – Jornalista
Júlio Poloni – Jornalista

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Lume Comunicação

IMPRESSÃO
Gráfica e editora Qualytá Ltda

TIRAGEM
10.000 exemplares

ISSN 2446-9297

SUMÁRIO

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: EQUÍVOCOS DO DEBATE BRASILEIRO E A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL
Milko Matijascic 6

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: NECESSIDADE PARA GARANTIR A SUSTENTABILIDADE EM CONTEXTO DE ENVELHECIMENTO POPULACIONAL
Rogério Nagamine Costanzi 13

A SUSTENTABILIDADE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Natália Kenupp 19

RECUPERAÇÃO CONSISTENTE, OU VOO DE GALINHA?
Carlos Eduardo de Freitas 22

DESIGUALDADE DE RENDA E O IMPOSTO DE RENDA NO BRASIL
Roberto Bocaccio Piscitelli 32

ABERTURA COMERCIAL DO BRASIL - CUSTOS E BENEFÍCIOS
Embaixador José Botafogo Gonçalves 36

POLÍTICA EXTERNA: REFLEXÕES SOBRE SEUS FUNDAMENTOS, PERSPECTIVAS E DESAFIOS
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães 39

SINCE: APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA COFECON/CORECONS
Manoel Castanho 48

DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM DEBATE
Júlio Poloni 51

NOVAS OPORTUNIDADES PARA ECONOMISTAS NO MERCADO DE TRABALHO (I)
Natália Kenupp 54

COFECON REALIZA GINCANA NACIONAL DE ECONOMIA
Júlio Poloni 57

O ENSINO DE ECONOMIA NO BRASIL: PLURALISMO EM TEMPOS DE CRISE
Prof. Eduardo Rodrigues da Silva.....59

A FENECO CRESCEU 61

NOVOS LIVROS:

KEYNES VERSUS HAYEK? A "BATALHA DE ITARARÉ" NO PENSAMENTO ECONÔMICO DO SÉCULO XX
José Luis Oreiro 63

KEYNES X HAYEK: AS ORIGENS – E A HERANÇA – DO MAIOR DUELO ECONÔMICO DA HISTÓRIA
Ubiratan Jorge Iorio 65

As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.

JÚLIO MIRAGAYA | PRESIDENTE

EDITORIAL

De 31 de agosto a 2 de setembro ocorrerá o XXV Simpósio das Entidades de Economistas (SINCE), em Natal. Realizado a cada dois anos, o evento tratará da organização do Sistema Cofecon/Corecons, de assuntos relacionados à formação e ao mercado de trabalho do economista e da conjuntura econômica, tendo como tema "Desafios da Economia Brasileira".

Este é o grande desafio, retomar o crescimento econômico, mas não a qualquer preço, e sim preservando a inclusão social e avançando na distribuição social e espacial da renda. Recentemente foi apresentado relatório elaborado pela Oxfam intitulado "Privilégios que negam direitos: desigualdade extrema e captura política na América Latina e no Caribe". Na região, que comporta 620 milhões de habitantes, os contrastes são profundos, coexistindo uma casta de privilegiados - incluindo alguns milhares de super ricos - com uma enorme massa de pobres e miseráveis. Não obstante alguns avanços, com 60 milhões de pessoas saindo da pobreza nos últimos dez anos, o fato é que, segundo o relatório, mais de 165 milhões permanecem nesta condição.

A razão de tão avassaladora pobreza é a enorme concentração da renda e da riqueza nas mãos de uma minoria. Segundo a Oxfam, o 1% mais rico da população concentra 41% da riqueza regional, ao passo que os 50% mais pobres detêm parcos 3,2%. O patrimônio desses 310 milhões de latino-americanos pobres é, pasme-se, inferior a dos 30 maiores bilionários da região. A verdade é que a extrema acumulação de riqueza não decorre do trabalho ou do acaso, mas da ação de uma elite que não vacila em se apropriar do Estado e de suas instituições para preservar e ampliar seus privilégios.

Nesse contexto, o Brasil persiste como um dos países de maior desigualdade, mas aqui se optou por colocar uma cortina de fumaça para esconder um dos principais mecanismos de concentração, que é o nosso modelo tributário, altamente regressivo, economicamente irracional e socialmente injusto.

O Brasil precisa, de fato, de uma mudança em seu modelo tributário, visto que 72% da arrecadação de tributos se dá sobre o consumo (56%) e sobre a renda do trabalho (16%), ficando a tributação sobre a renda do capital e a riqueza com apenas 28%, na contramão do restante do mundo. Na média dos países da OCDE, por exemplo, a tributação sobre a renda do capital representa 67% do total dos tributos arrecadados, restando apenas 33% sobre consumo e renda do trabalho.

Contudo, em lugar deste debate, direciona-se a discussão para uma farsa, uma suposta gastança do setor público, em particular em relação às despesas com educação, saúde e previdência social, responsabilizadas pelo aumento do déficit público, omitindo-se a razão maior, que são os gastos com juros da dívida pública e as excessivas renúncias fiscais. Em suma, busca-se fazer o ajuste fiscal para retomar o crescimento, preservando os privilégios e penalizando os mais pobres. Este filme já vimos antes e é inaceitável.

ELEIÇÕES 2016 pela internet

Mais segurança e praticidade ao votar.

Neste ano, economistas de todo o País votam pela internet. Esta é a primeira vez que todos os Conselhos Regionais participam das eleições em ambiente virtual, o que representa um marco na história do Sistema Cofecon/Corecons.

O novo método vai garantir maior segurança e tornar o processo mais democrático e legítimo, fortalecendo a representatividade da categoria.

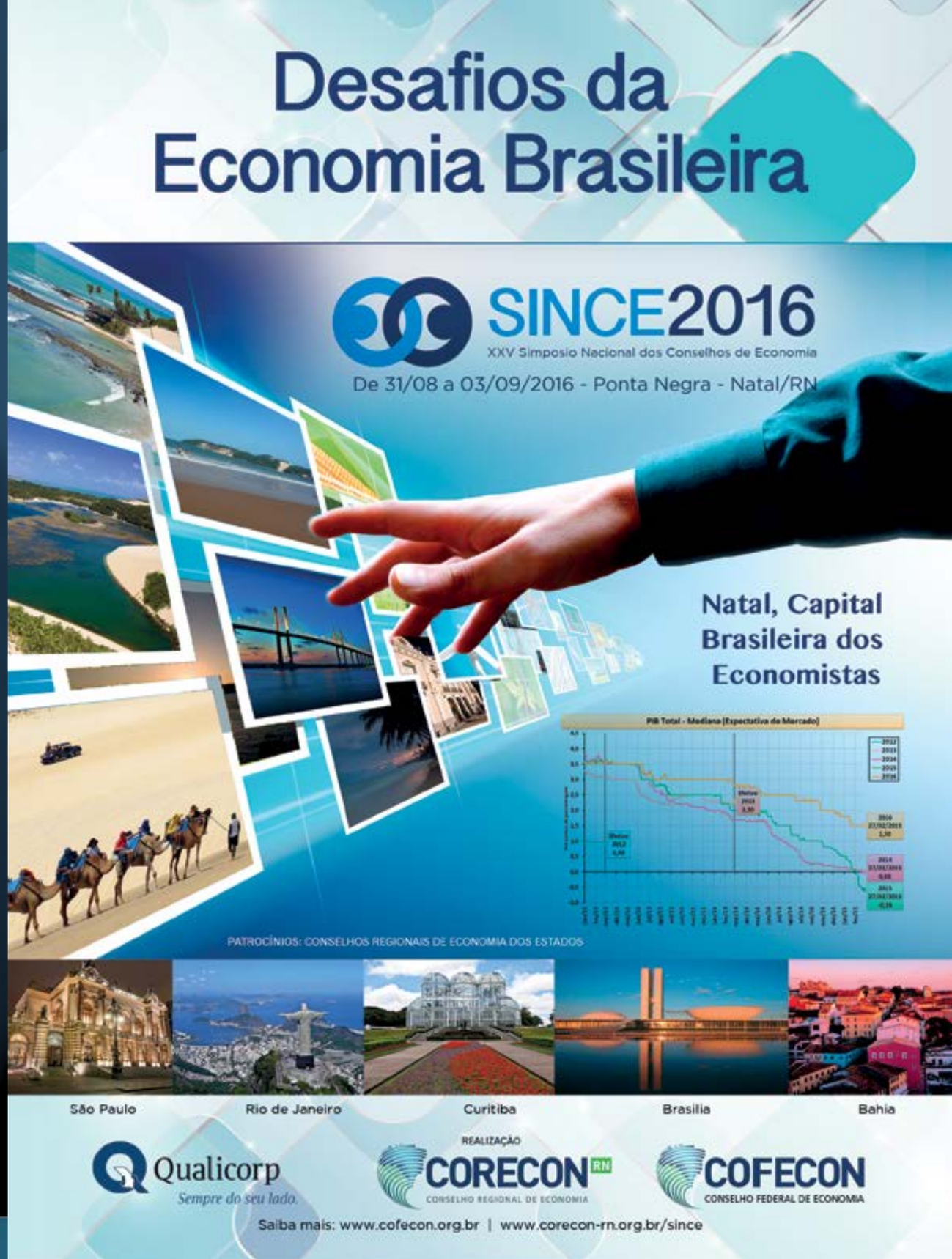
27 A 31
DE OUTUBRO

PARTICIPE!

facebook.com/cofeconeconomia/

facebook.com/querosereconomista/

Para mais informações
www.cofecon.org.br
www.votaeconomista.org.br



Artigo
Milko Matijascic

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: EQUÍVOCOS DO DEBATE BRASILEIRO E A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL

Por Milko Matijascic[1]

Os críticos da estrutura atual da previdência no Brasil afirmam que as despesas seriam excessivas e, em longo prazo, o cenário atuarial seria insustentável. Os indicadores existentes para o Brasil e o esforço de comparação internacional permitem delimitar o alcance e os limites dessa argumentação. Esse esforço é fundamental, pois o tema influi decisivamente na vida familiar.

De acordo com os críticos do atual modelo, a previdência social brasileira gasta demais e cabe ao Tesouro Nacional transferir recursos extras em relação aos arrecadados sobre a folha salarial para custear os benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Essa afirmação exige reparos.

A Constituição Federal - CF - criou o conceito de seguridade social, congregando as políticas de saúde, assistência e previdência social, visando o atendimento universal aos cidadãos. O acesso à saúde deixou de ser uma prerrogativa do contribuinte para a previdência. O mesmo vale para o acesso a benefícios para idosos e pessoas com incapacidade para o trabalho que vivem em famílias vulneráveis. Para lidar com essa nova maneira de organizar a proteção social, a CF criou o Orçamento da Seguridade Social - OSS, com recursos incidentes sobre a receita bruta, lucro líquido, loterias, folha salarial e, entre 1993 e 2007, movimentação financeira.

Essa iniciativa da CF se justifica, pois o mercado de trabalho brasileiro apresenta elevados níveis de precarização e muitos trabalhadores não se inserem em ocupações que respeitem os direitos sociais, não contribuindo para a previdência. O OSS foi uma inovação necessária para lidar com um problema histórico A diversidade observada na capacidade para contribuir resulta numa inserção heterogênea na condição de beneficiário. Existem três tipos de situação no universo urbano, a saber:

MILKO MATIJASCIC
1. Técnico em Planejamento e Pesquisa do IPEA. Doutor em Economia pela UNICAMP. Membro do Comitê Científico da Revista Internacional de Seguridade Social. Foi Assessor Especial do Ministro da Previdência.

• Contribuintes regulares com trajetórias de carreira estáveis. Esses são os segurados que se aposentam por tempo de contribuição - ATC, cujas prestações possuem o valor médio mais elevado;

• Contribuintes que alternam essa condição com a de não contribuinte. Os que comprovam possuir 65 anos de idade e 15 de contribuição podem se aposentar por idade (mulheres aos 60), com benefícios de valor menor que as ATC; e,

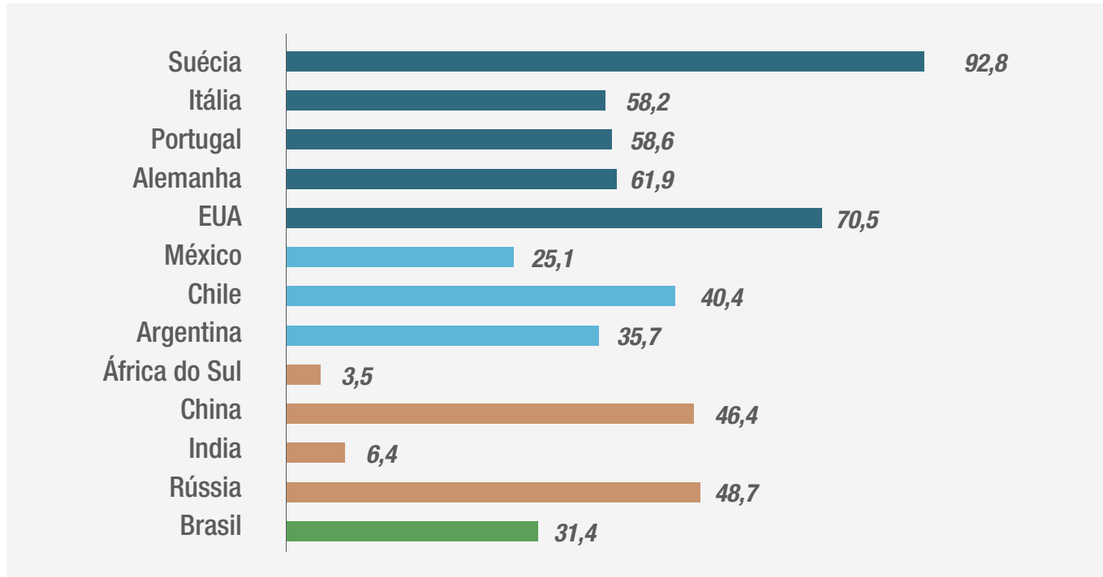
• Aqueles que não se inserem nas condições anteriores, possuem mais de 65 anos e integram famílias com renda per capita inferior a um quarto do salário mínimo têm direito ao Benefícios de Prestação Continuada - BPC - por idade, com benefícios médios em torno de um salário mínimo.

Pressupor que as contribuições sobre a folha salarial, incidindo sobre a minoria dos trabalhadores, possam financiar um sistema que congrega múltiplos tipos de segurados em termos de densidade de contribuições, conforme propõem os defensores de reformas da previdência, não é plausível. Vale lembrar que o trabalhador rural deve comprovar o exercício regular dessa atividade para se tornar elegível. O segurado rural deve contribuir, mas isso não afeta a elegibilidade como no universo urbano. Em 2014, a proporção total de benefícios de prestação vitalícia concedidos foi de:

• 16,5% para as ATC;
• 33,6% para as aposentadorias por idade;
• 18,0% para os assistenciais (BPC);
• 21,4% para as pensões por morte; e,
• 10,5% para as aposentadorias por invalidez.

A experiência internacional com a cobertura de contribuintes retratada no gráfico 1 ajuda a analisar o tema de forma mais ampla.

GRÁFICO 1 - COBERTURA DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, ENTRE 15 E 64 ANOS, EM PAÍSES SELECIONADOS EM 2011 - EM %



Fonte: ILO (2015), com base em dados fornecidos pelos respectivos países.

Entre os países selecionados junto a ILO (2015)[2] constam vizinhos, países dos BRICS e países paradigmáticos em relação a modelos de welfare state, ou com traços culturais similares ao Brasil, como Portugal e Itália[3] . Entre os países da América Latina e dos BRICS, o contingente de contribuintes é nitidamente menor que o existente em países desenvolvidos. Num contexto como o brasileiro ou dos demais países não desenvolvidos, não é possível propor um sistema custeado apenas por contribuições sobre a folha salarial, a menos que a opção seja excluir os trabalhadores em situação de precariedade do sistema de proteção previdenciária.

Num contexto como o brasileiro ou dos demais países não desenvolvidos, não é possível propor um sistema custeado apenas por contribuições sobre a folha salarial.

Com base em dados de evolução do número de contribuintes, o contingente se elevou em quase 70% no Brasil, entre 2004 e 2014. Esse valor foi bem superior ao da População em Idade Ativa - PIA - (17%) ou da população ocupada (19%), segundo o IBGE. A proporção de contribuintes sobre a população economicamente ativa - PEA -aumentou de 46% para 62%, um patamar inédito por aqui. Em suma, a proporção de contribuintes é reduzida, o que já ocorre desde os anos 1930. Isso se explica, em grande medida, pela estrutura de ocupação da PEA. (Tabela 1).

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA DE 15 A 64 ANOS DE IDADE, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO – PAÍSES SELECIONADOS (2009-2012) - (EM %)

Países Selecionados	Ano	Assalariados	Empregadores	Conta Própria	Economia Familiar	Não classificados
Brasil	2009	66,4	4,3	20,5	4,6	4,2
Rússia	2008	92,7	1,5	5,6	0,1	-
Índia	2010	18,1	1,1	63,9	16,9	-
China	2009	31,7	-	-	1,8	-
África do Sul	2011	84,5	5,4	9,3	0,8	-
Argentina	2012	77,0	4,0	18,5	0,5	-
Chile	2011	68,5	-	-	1,4	-
México	2011	66,3	-	-	6,1	-
Estados Unidos	2011	93,2	-	6,8	0,1	-
Alemanha	2012	88,4	4,7	6,3	0,5	-
Portugal	2012	78,3	5,0	16,0	0,7	-
Itália	2012	75,2	6,6	16,8	1,4	-
Suécia	2012	89,5	3,8	6,4	0,2	-

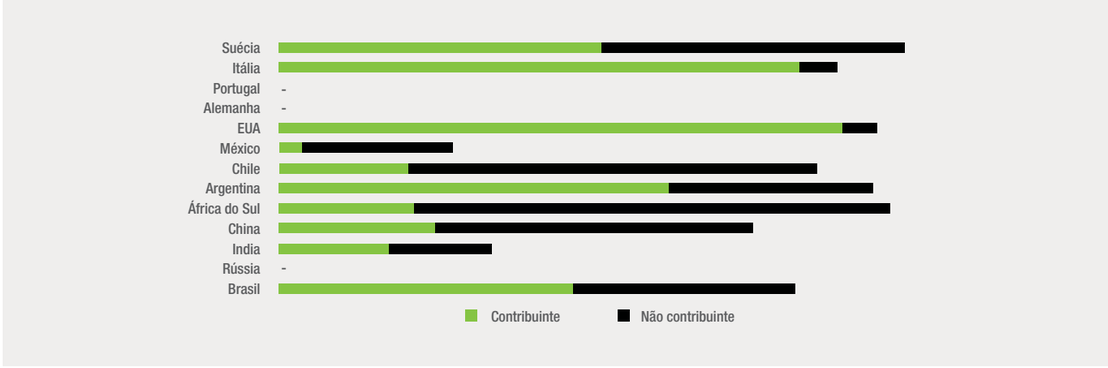
Fonte: ILO (2015), com base em dados fornecidos pelos respectivos países.

2. ILO – INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. World Social Protection Report 2014/15: building economic recovery, inclusive development and social justice. Geneva: ILO, 2015.

3. Os argumentos a seguir foram desenvolvidos e detalhados em: MATIJASCIC, M. Previdência pública brasileira em uma perspectiva internacional: custeio, benefícios e gastos. Texto para Discussão no 2188. Brasília: IPEA. 2016.

As diferenças de perfil dos países mais desenvolvidos em relação aos demais revelam porque é difícil estabilizar as finanças da previdência entre estes. O elevado contingente de trabalhadores por conta própria e outros não assalariadas discrepa do propósito institucional da previdência, cujo foco é a proteção dos assalariados. Essa situação acaba por exigir um plano de benefícios que atenda os trabalhadores afetados pela precarização do mundo do trabalho. Isso se reflete na distribuição entre benefícios contributivos e não contributivos tais como os apresentados no gráfico 2.

GRÁFICO 2 - COBERTURA DA POPULAÇÃO COM MAIS DE 65 ANOS, EM PAÍSES SELECIONADOS EM 2011 - EM %



Fonte: ILO (2015), com base em dados fornecidos pelos respectivos países.

Os dados do gráfico 2 revelam que a existência de benefícios não contributivos ocorre por toda a parte e segue formas intrínsecas a cada sociedade. O Brasil não é um modelo singular. Vale destacar que a Rússia, Alemanha e Portugal possuem 100% de cobertura previdenciária. Os preceitos legais ali existentes garantem a proteção a todos, sem contar exclusivamente com as contribuições efetuadas. Isso merece atenção por elevar o nível da proteção social e baixar custos de gestão.

O gráfico 2 não mede a cobertura total, ao não incluir a dos dependentes de contribuintes ou aposentados. Entre os idosos no Brasil existe um elevado contingente, que não aparece como beneficiário, mas que, em caso de morte do segurado titular, terá direito a uma pensão. Segundo dados do IBGE em 2014, a cobertura direta e indireta atingia 96,2% dos idosos com 65 anos ou mais. Isso também vale para outros países.

A cobertura para as demais faixas etárias no Brasil, agrupadas até 20 anos de idade (limítrofe para os filhos receberem pensões dos pais) e entre 21 e 64 anos, em 2014 foi de: 57,8% para os mais jovens e 70.9% para os demais. Essa cobertura, como no caso dos idosos, incluiu os contribuintes, beneficiários e seus dependentes. Em 2004 esses valores representaram, respectivamente, 50,2% e 60,9%. Isso significa que o bom nível de atividade melhorou a situação das finanças e elevou a cobertura.

O plano de benefícios brasileiro induz os críticos da previdência a afirmarem que o Brasil é generoso demais nas condições de elegibilidade. Para lidar com essa temática, o quadro 1 apresenta informações internacionais sobre planos de benefícios.

QUADRO 1 - CARÊNCIA E IDADE DE ACESSO A APOSENTADORIAS PAÍSES SELECIONADOS

País	Carências mínimas (não inclui benefícios assistenciais)	Carência de referência (aposentadoria ordinária ou completa)	Idade de referência (homem/mulher)	Idade mínima
Brasil	Quinze anos de contribuição	35/30 anos de contribuição	65 anos (homem); 60 anos (mulher)	Não
Rússia	Cinco anos de cobertura	Não fixa	60 anos (homem); 55 anos (mulher)	Regional
Índia	Dez anos de cobertura	Não existe pensão completa	55 anos	Não
China	Quinze anos de cobertura	Atuarial via contribuição	60 anos (homem); 55 a 60 anos (mulher)	50 anos (homem); 45 anos (mulher)
África do Sul	Teste de meios	Não aplicável	60 anos	Não muda
Argentina	Dez anos de serviço	Trinta anos de contribuição	65 anos (homens); 60 a 65 anos (mulher)	Não muda
México	Não prevê	25 anos de contribuição	65 anos	Não
Chile	Vinte anos de contribuição	Não fixa	65 anos (homem); 60 anos (mulher)	Não
Portugal	Quinze anos de contribuição	Quarenta anos de contribuição	66 anos	57 anos
Itália	Quinze anos de contribuição	42 anos de contribuição	66 anos (homem); 62 anos (mulher)	Não
Alemanha	Cinco anos de contribuição	45 anos de contribuição	65 anos e 1/4	63 anos
Suécia	Não definida	Não fixa	65 anos	61 anos
Estados Unidos	Dez anos de cobertura	35 anos de cobertura	66 anos	62 anos

Fonte: Social Security Administration - SSA em Social Security Programs Through the World.
Obs.: Os dados para países da Europa e da Ásia são de 2013 e os para países das Américas e da África, de 2012.

As condições de elegibilidade expostas no quadro 1 se revelam severas para os brasileiros menos abastados e brandas para os mais afortunados, quando comparadas aos demais países. Isso porque as carências podem se dar não apenas pela via da contribuição. As alternativas são: tempo de cobertura, serviço, testes de meios e, em países não mencionados, tempo de filiação, trabalho ou residência. Assim, a adoção do tempo de contribuição é a mais severa das regras de carência, sendo exigente demais num país que convive com uma imensa informalidade, cuja consequência é a ausência da condição de contribuinte da previdência.

O trabalhador brasileiro é penalizado pela ação ineficaz do Estado no combate à informalidade e pelo imperativo da contribuição.

O trabalhador brasileiro é penalizado pela ação ineficaz do Estado no combate à informalidade e pelo imperativo da contribuição. Quando se dá a perda da capacidade de sustento através do trabalho, o acesso a benefícios pode se complicar pela escassez de contribuições ou pela necessidade de se submeter a testes de meios para o BPC. A opção por exigir 15 anos de contribuição está entre as mais severas. O fato de o Chile apresentar uma regra mais dura não serve de parâmetro, pois o país tem adotado reformas das reformas, seguindo o jargão técnico internacional, para fazer frente à perda de renda dos idosos.

Já as regras de acesso a aposentadorias ordinárias, como a ATC, apresentam uma situação oposta. Os países mais ricos exigem um tempo maior de contribuição ou de cobertura que o brasileiro. No México, Chile ou na China, as regras são brandas, mas, como adotam a capitalização com planos de contribuição definida individual, o valor do benefício depende dos fundos constituídos e das estimativas de sobrevida. Esses fundos são limitados e trabalhar por mais tempo e diminuir o tempo de inatividade é uma alternativa para majorar o valor das aposentadorias. O Brasil possui uma posição privilegiada, porque possui planos de benefícios definidos, que garantem o valor da prestação e não existe a exigência de idade mínima, conforme ocorre nos países com sistema de solidariedade entre gerações, isto é, os da Europa e os Estados Unidos. A exceção em termos de ausência de idade mínima é a Itália, mas o país exige um tempo de contribuição de 42 anos e enfrenta problemas com elevados gastos previdenciários.

Outra questão que requer atenção no quadro 1 é a da idade mínima. Os críticos brasileiros não mencionam a existência de idade de referência, confundindo-a com a idade mínima. Nos Estados Unidos, por exemplo, a idade de referência para se aposentar é de 66 anos, mas, é possível se aposentar aos 62 anos, com uma redução substantiva do valor dos benefícios. Portugal, Alemanha e Suécia possuem sistemáticas similares. Elevar o tempo de contribuição, criar uma idade de referência e introduzir a idade mínima é algo a ser considerado para as ATC no Brasil.

Com a adoção de uma política para promover a formalização das relações de trabalho e de combate à perda prematura da capacidade de trabalho seria possível elevar a relação entre contribuintes e beneficiários.

Muitos apregoam que a previdência está em perigo no Brasil, em virtude do envelhecimento populacional. A questão merece atenção, porque o envelhecimento por aqui é bem mais acelerado do que foi na Europa. Mas não podemos afirmar que isso coloca em xeque o sistema, ao observar a relação entre contribuintes e beneficiários no Brasil. No Brasil, é muito elevado volume de não contribuintes, especialmente em conjunturas de crise. Com a adoção de uma política para promover a formalização das relações de trabalho e de combate à perda prematura da capacidade de trabalho seria possível elevar a relação entre contribuintes e beneficiários. Não é plausível copiar o debate dos países mais desenvolvidos para o Brasil, sem analisar como a precarização laboral afeta a nossa situação.

A crítica referente a elevados custos no Brasil falha, ao deixar de detalhar os gastos previdenciários por modalidade de benefício, conforme aponta a tabela 2.

TABELA 2 - PRESTAÇÕES EM DINHEIRO: GASTOS PÚBLICOS EM % SOBRE O PIB PARA PAÍSES SELECIONADOS DE ACORDO COM A OCDE EM 2011

Países	Idade	Pensões por morte	Invalidez	Famílias
Chile	3,7	0,9	1,0	0,6
México	1,6	0,3	0,1	0,4
Portugal	11,2	1,8	2,3	0,8
Itália	14,4	2,6	2,1	0,7
Estados Unidos	6,0	0,7	1,6	0,1
Alemanha	8,5	2,0	2,4	1,3
Suécia	6,9	0,4	2,6	1,5
Média OCDE	7,2	1,0	2,1	1,3
Brasil (INSS e RPP)*	5,2	2,8	1,4	1,1

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social, Ministério do Planejamento e OECD Stat.
* Elaboração do autor para o Brasil segundo a metodologia da OCDE

Na tabela 2, a exclusão de países dos BRICS e da Argentina se dá pela inexistência de informações segundo a metodologia proposta. É possível verificar que os benefícios destinados aos mais idosos não são os que discrepam da tendência internacional. Esse papel cabe à pensão por morte. No Brasil isso se dá porque é possível receber os benefícios em conjunto com aposentadorias ou salários, não sendo focalizados para quem não tenha acesso a outras fontes de recursos. Tradicionalmente, a pensão por morte foi instituída pelo fato da família optar pela permanência de um dos cônjuges no lar para cuidar de afazeres domésticos e dos filhos. Essa foi a lógica dominante na Alemanha, Itália e Portugal, sendo esses países com gastos elevados. Proteger os filhos menores em caso de morte prematura do provedor é outra característica inerente à pensão por morte. A situação descrita se modificou muito com a entrada das mulheres no mercado de trabalho.

As pensões por morte em outros países requerem a comprovação de união estável, conforme apontou Matijascic (2016). No Brasil, nem isso ocorria antes da Lei no 13.135 de 2015. Desde então, a legislação passou a requerer dois anos de carência e idade mínima de 44 anos para receber o benefício de forma vitalícia. As discrepâncias por aqui, porém, ainda são enormes, devido à possibilidade de acumular de pensões e outros rendimentos e novas reformas se justificam.

Já os benefícios para atender os idosos ainda não apresentam gastos elevados no Brasil, ao considerar os países que busquem universalizar a cobertura. O valor gasto pelo Brasil em relação ao México e ao Chile é maior, sobretudo no primeiro caso, porque esses países contam com sistemas de previdência não universais e, por isso mesmo, enfrentam desgastes em termos de coesão social. Em relação aos países mais desenvolvidos, mesmo os Estados Unidos, os gastos brasileiros ainda são menores, embora estejam se ampliando, o que requer atenção, mas exige reformas que protejam os mais vulneráveis e extirpem os privilégios dos mais abastados. Os valores de gastos focalizados nas famílias no Brasil seguem a lógica da universalização, com ênfase na prevenção da vulnerabilidade. A julgar pelos dados da OCDE, Suécia e Alemanha, essa é uma questão que não nos singulariza na cena internacional.

Artigo
Rogério Nagamine Costanzi

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: NECESSIDADE PARA GARANTIR A SUSTENTABILIDADE EM CONTEXTO DE ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

Por Rogério Nagamine Costanzi[1]

A Previdência Social é um pilar fundamental do sistema de proteção social, tendo o objetivo de garantir renda para pessoas que perderam a capacidade laboral seja por idade avançada, doença, acidente de trabalho ou outro risco. Dado que o papel mais tradicional da Previdência é pagar aposentadorias para pessoas de idade avançada, naturalmente, essa política tem papel muito importante na prevenção da pobreza, em especial, entre os idosos. Em simulação feita a partir dos microdados da PNAD/IBGE de 2014, excluindo a renda de aposentadoria e pensão haveria um incremento da população em situação de pobreza de cerca de 26 milhões de pessoas, considerando uma linha de pobreza de rendimento domiciliar per capita de ½ salário mínimo, ou seja, 13,3% da população[2].

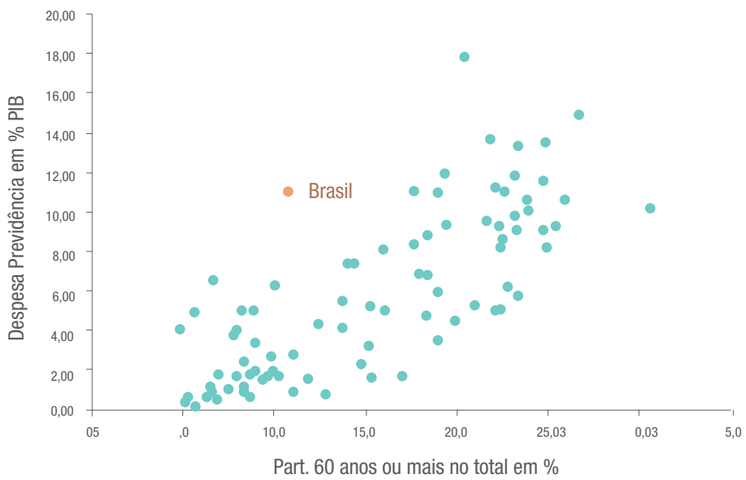
Exatamente por este papel tão importante é fundamental garantir o equilíbrio entre adequação e sustentabilidade fiscal a médio e longo prazo. Contudo, a Previdência no Brasil apresenta ameaças à sua sustentabilidade e distorções que geram efeitos negativos sobre a distribuição de renda, bem como o debate sobre a reforma se dá com vários mitos que precisam ser superados. Em primeiro lugar, como já mostrado por vários estudos (Caetano e Miranda 2007, Costanzi 2015, Giambiagi et al 2007, Rocha e Caetano 2008), o país apresenta uma despesa previdenciária que é muito maior do que seria esperado em função da sua estrutura demográfica, tendo um gasto em % do PIB que é típico de países que têm uma participação de idosos na população total que é pelo menos o dobro do Brasil (ver gráfico 1). Embora esta realidade tenha impactos

2.Ver Informe de Previdência Social de Outubro de 2015.

ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI
1. Mestre em Economia pelo IPE/USP, Mestre em Gestão de Sistemas de Seguridade Social pela Universidade de Alcalá/OISS e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo Federal atualmente em exercício no IPEA.
E-mail: rogerio.costanzi@ipea.gov.br ou rogerio.costanzi@uol.com.br.

positivos sobre a pobreza dos idosos, que é bem menor que a de crianças, também reflete distorções como, por exemplo, a existência de uma aposentadoria por tempo de contribuição sem idade mínima que gera aposentadorias precoces para pessoas com plena capacidade laboral.

GRÁFICO 1 – PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS COM 60 ANOS OU MAIS DE IDADE NA POPULAÇÃO TOTAL E DESPESA COM PREVIDÊNCIA EM % DO PIB – 86 PAÍSES ÁSIA, AMÉRICA LATINA, EUROPA, AMÉRICA DO NORTE E OCEANIA



Fonte: Costanzi (2015), elaborado com dados do Banco Mundial, exceto Brasil com dados do IBGE e Ministério da Previdência Social. Para maior parte dos países o ano é de 2010, inclusive, para o Brasil. Foram considerados gastos com programas não contributivos.

Considerando o Regime Geral (RGPS), os Regimes Próprios dos servidores públicos (RPPS) e o Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (BPC/LOAS), que é uma aposentadoria de caráter não contributivo, a despesa com Previdência Social no Brasil já está no patamar de 12% do PIB. Neste nível tão elevado, acaba tendo impactos relevantes sobre a carga tributária e tem efeito crowding-out ou deslocamento sobre outras despesas públicas como, por exemplo, com Saúde e investimentos. A título de exemplo, o gasto previdenciário, neste conceito amplo, representa mais de metade da despesa primária da União.

A despesa com Previdência Social no Brasil já está no patamar de 12% do PIB – o que representa mais de metade da despesa primária da União.

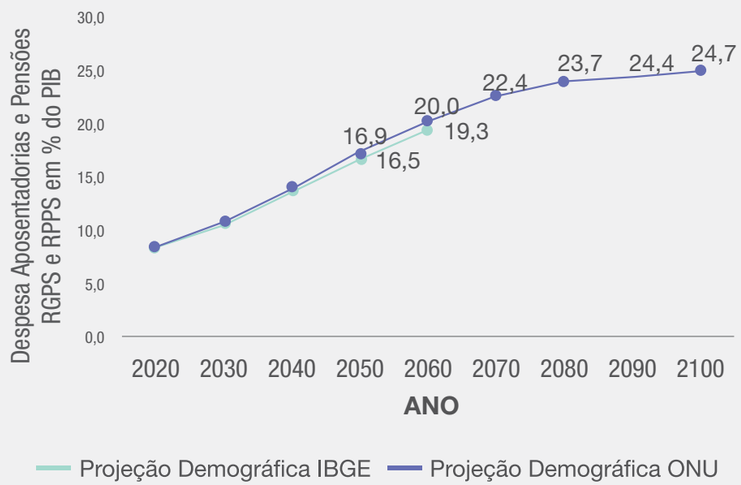
Ademais, com o rápido e intenso processo de envelhecimento populacional que o país deve passar nas próximas décadas haverá uma forte piora da relação entre contribuintes e beneficiários que pressionará de forma expressiva o financiamento da Seguridade Social como um todo, de tal sorte que, caso não sejam feitos ajustes e correção de distorções, a sustentabilidade estará em risco e será colocada uma grande carga sobre as gerações futuras. Pela projeção demográfica do IBGE, a população com 60 anos ou mais de idade irá crescer, em média, cerca de 1,1 milhão por ano até 2060, quando atingirá cerca de 73,55 milhões. Atualmente, cerca de um cada dez brasileiros tem 60 anos ou mais de idade e, em 2060, será um cada três. Em 2000, havia cerca de onze pessoas de 15 a 64 anos para cada uma de 65 anos ou mais, mas em 2060 essa proporção, que reflete uma possível razão entre potenciais contribuintes e beneficiários, deverá cair para apenas dois para um.

Em decorrência desse intenso e rápido processo de envelhecimento, as projeções de longo prazo apontam para um forte crescimento das despesas com Previdência e Saúde em % do PIB. De acordo com as projeções que constam do anexo do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, calculadas com base em projeções de probabilidade em entrada em benefício na projeção demográfica, apenas a despesa com benefícios do RGPS/INSS iriam crescer do atual patamar de 7,4% do PIB, em 2015, para 17,2%, em 2060, com a manutenção das regras atuais ou sem reforma. Na realidade, a despesa do RGPS em % do PIB já vem crescendo: subiu de 4,6% do PIB, em 1995, para 7,4% em 2015.

Utilizando a metodologia de projeção similar ao utilizado em *Clements et al* (2015), Dang et al (2001) e União Europeia (2015), utilizando a projeção demográfica do IBGE até 2060 e da ONU até 2100 para o Brasil, pode-se chegar a projeção apresentada pelo gráfico 2, de uma despesa com aposentadorias e pensões do RGPS e RPPS na casa dos 20% do PIB, em 2060, e de 24,7% do PIB em 2100[3] pelo efeito da demografia. Portanto, as projeções convergem para uma despesa com previdência no patamar em torno de 20% do PIB já em 2060, que claramente é insustentável a médio e longo prazo, até porque também haverá pressão sobre a despesa com Saúde e Assistência Social.

Apesar das evidências da insustentabilidade a médio e longo prazo, ainda existem grupos que questionam a necessidade de uma reforma com base em mitos que precisam ser superados. Essa resistência é ainda mais inadequada porque acaba sendo a favor da manutenção de distorções que existem no sistema previdenciário brasileiro que geram efeitos negativos não apenas sobre a sustentabilidade, como também sobre a distribuição de renda em um país já marcado por elevado nível de desigualdade (ver *Costanzi et al* 2016).

GRÁFICO 2 – PROJEÇÃO DA DESPESA COM APOSENTADORIA E PENSÕES DO RGPS E RPPS - BRASIL 2020 A 2100



Fonte: Elaboração do autor a partir das projeções demográficas do IBGE e da ONU. Projeção disponível no estudo de Costanzi e Ansiliero (2016).

Um primeiro mito que precisa ser superado é o discurso de que a reforma não é necessária porque não existe déficit da previdência, mas sim superávit da seguridade social. Este mito acaba interditando o debate das questões realmente relevantes como o tamanho da despesa, os benefícios e distorções relacionados, a sustentabilidade a médio e longo prazo, os custos de usos alternativos desses recursos e a melhor forma de realizar o financiamento. Embora essa discussão tenha um fundo ideológico, deveria ficar claro que não deixa de ser contábil, no sentido que se trata de quais despesas e receitas são consideradas, mas não muda a carga tributária e a situação das contas e da dívida públicas. O suposto superávit da Seguridade Social não irá diminuir em nenhum centavo o quanto a sociedade paga de contribuições e impostos no presente, mas como negação do risco de insustentabilidade a médio e longo prazo em decorrência da transição demográfica, é um caminho seguro para um forte aumento da carga tributária sobre as gerações futuras. Aqueles que defendem a tese da superávit da Seguridade Social, além de con-

As projeções foram feitas supondo manutenção da relação entre produtividade média e valor médio do benefício, bem como dos critérios de eligibilidade.

tabilizarem receitas da Desvinculação das Receitas da União (DRU) e mesmo receitas de renúncias, que na prática não existem, ainda não consideram, de forma equivocada, o regime de Previdência dos servidores da União que, se for considerado, leva a uma situação de déficit da Seguridade Social desde 2008, mesmo com a receita da DRU (ver Costanzi et al 2016). De qualquer forma, o debate não deveria se focar em déficit ou superávit, mas sim na busca da sustentabilidade a médio e longo prazo em conciliação com a adequação do seu papel de combate à pobreza, em especial, entre os idosos.

Normalmente aqueles que são contra a reforma costumam argumentar que o problema fiscal é a despesa com os juros. Mesmo reconhecendo que é desejável tentar reduzir o referido gasto financeiro, isso não deveria servir como desculpa para negar as distorções que existem no sistema previdenciário brasileiro. Ademais, o caminho adequado para a redução dos juros passa por um ajuste fiscal que permita acabar com a atual trajetória de explosão da dívida pública.

De qualquer forma, um exemplo de distorção importante é o fato de o Brasil ser um dos poucos países do mundo que têm uma aposentadoria por tempo de contribuição sem idade mínima: de um total de 177 países apenas 13 têm ou tiveram benefício similar. O fato de ser possível se aposentar no país com 35 anos de contribuição para homens e 30 anos de contribuição para mulheres, independente da idade, tem permitido aposentadorias precoces de pessoas com idade na faixa de 50 anos, ou mesmo menos de 50 anos, com plena capacidade laboral. Em 2015, a idade média de aposentadoria por tempo de contribuição no RGPS foi de 55 anos para homens, 53 anos para mulheres e 54 anos para ambos sexos. Em 2014, uma em cada quatro mulheres estava se aposentando com menos de 50 anos. Com essa distorção, a previdência, que deveria funcionar como mecanismo de substituição de renda para pessoas sem capacidade laboral acaba funcionando como complementação de renda para trabalhadores com boa situação econômica e bom nível de renda do trabalho (ver tabela 1).

A previdência, que deveria funcionar como mecanismo de substituição de renda para pessoas sem capacidade laboral, acaba funcionando como complementação de renda para trabalhadores com boa situação econômica e bom nível de renda do trabalho.

Outro exemplo de mito é o argumento que a introdução da idade mínima seria prejudicial aos mais pobres, tendo em vista que entram mais cedo no mercado de trabalho. Efetivamente, existe a tendência de que os mais pobres entrem mais cedo no mundo laboral, mas normalmente de forma muito mais precária, com maior nível de informalidade e têm uma dificuldade muito maior para conseguir 35/30 anos de contribuição e tendem a se aposentar por idade, aos 65/60 anos de idade com pelo menos 15 anos de contribuição, ou quando nem conseguem essa carência, se aposentam aos 65 anos de idade pelo BPC/LOAS. Portanto, o problema é que o Brasil tem idade mínima para os trabalhadores de menor rendimento e não têm para aqueles de maior rendimento, o que é inadequado tanto do ponto de vista da sustentabilidade quanto distributivo. Como mostrado por Costanzi et al (2016), enquanto a contribuição para previdência era de apenas 12,8% entre os 10% mais pobres, a referida taxa subia para 83,2% entre os 10% mais ricos. Considerando apenas os jovens de 16 a 20 anos, a contribuição para previdência era de apenas 4,1% entre os 10% mais pobres, ficando no patamar de 50% ou 60% para aqueles que estavam entre os 50% mais ricos.

Ademais, análise feita a partir dos microdados da PNAD/IBGE de 2014, mostra que havia quase 1 milhão de aposentados (963 mil) e ocupados na faixa etária de 45 a 59 anos para homens e 45 a 54 anos para mulheres[4]. Mais que isso, a renda média do trabalho, para essa faixa etária, era maior para os ocupados aposentados do que para os ocupados não aposentados (R$ 2.436 contra R$ 1.973). Portanto, a aposentadoria para esse grupo não apenas não cumpria a função de garantir renda para pessoas que perderam a capacidade laboral, tendo em vista que estavam ocupados, como ainda servia para aumentar a desigualdade de renda do trabalho entre os grupos, elevando o rendimento do grupo de maior renda.

TABELA 1: QUANTIDADE DE APOSENTADOS OCUPADOS, RENDIMENTO MÉDIO DO TRABALHO (R$) E VALOR MENSAL DA APOSENTADORIA, SEGUNDO SEXO – 2014

Item	Valores ou informação	Item	Valores ou informação
Homens de 45 a 59 anos aposentados e ocupados	712 mil	Mulheres de 45 a 54 anos aposentadas e ocupadas	251 mil
Renda Média do Trabalho	R$ 2.643	Renda Média do Trabalho	R$ 1.828
Renda Média da Aposentadoria	R$ 1.681	Renda Média da Aposentadoria	R$ 1.399
Renda Média de Todas as fontes	R$ 4.387	Renda Média de Todas as fontes	R$ 3.345

Fonte: Elaboração a partir dos microdados da PNAD/IBGE de 2014. Disponível no estudo de Costanzi e Ansiliero (2016).

Os exemplos mostrados neste artigo deixam claro que existem distorções no sistema previdenciário brasileiro e mitos que se colocam contra a reforma. Chama atenção que parte da despesa com previdência no Brasil, mais especificamente os gastos com

4. Faixa etária utilizada foi selecionada de forma a excluir as aposentadorias por idade.

benefícios acima do salário mínimo, têm caráter regressivo e a recente regra 85/95 progressiva aprovada com a Lei 13.183/2015 piora a situação atuarial e financeira da Previdência Social e ainda tem efeitos negativos sobre a distribuição de renda (Caetano, Costanzi, Paiva, Rangel, Ansiliero e Silva).

Como mostrado por Costanzi (2016), o processo de envelhecimento é global e tem gerado muitas reformas previdenciárias no mundo na busca por sustentabilidade, sendo que todos os 34 países da OCDE fizeram alguma mudança na legislação previdenciária entre 2009 e 2015. Entre as principais mudanças podem ser citadas o aumento da idade legal de aposentadoria (46 países aumentaram, estão aumentado ou vão aumentar a idade), maiores restrições à aposentadoria antecipada, diminuição ou eliminação da diferença de tratamento entre homens e mulheres, aumento da contribuição, diversificação da base tributária e implementação de mecanismos de ajustamento automático a mudanças na expectativa de (sobre)vida.

Portanto, torna-se fundamental uma reforma urgente da Previdência Social no Brasil que busque garantir a sustentabilidade fiscal a médio e longo prazo e seu papel no combate à pobreza, bem como para corrigir distorções no sistema previdenciário brasileiro que, inclusive, têm efeitos negativos sobre a distribuição de renda no país, que ainda permanece muito desigual. Também é fundamental para evitar colocar um peso muito grande sobre as gerações futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Brasil. Evolução Recente da Proteção Previdenciária e Seus Impactos Sobre o Nível de Pobreza. Informe de Previdência Social de Outubro de 2015. Ministério do Trabalho e Previdência Social.
- _____. Projeções Atuariais e Financeiras para o Regime Geral de Previdência Social – RGPS. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Anexo IV 6 do PLDO 2017, disponível no link http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2017/anexos-pldo-2017/anexo-iv-6-projecoes-atuariais-do-rgps.pdf, acesso em 01/08/2016.
- Caetano, Marcelo Abi-Ramia; Costanzi, Rogério Nagamine; Rangel, Leonardo; Paiva, Luis Henrique; Silva, Eduardo Pereira da; Ansiliero, Graziela. O fim do fator previdenciário e a introdução da idade mínima: questões para a Previdência Social no Brasil. No prelo, mas disponível no site: http://www.joserobertoafonso.ecn.br/biblioteca-virtual/item/5173-previd%C3%AAncia-social-no-brasil-caetano-et-al.html
- Caetano, Marcelo Abi-Ramia e Rogério Boueri Miranda - 2007. Comparativo Internacional para Previdência Social. Texto para Discussão IPEA nº 1.302, setembro de 2007.
- Clements, Benedict; Kamil Dybczak; Vitor Gaspar; Sanjeev Gupta, and Mauricio Soto. The Fiscal Consequences of Shrinking Populations. IMF Staff Discussion Notes (SDNs). October 2015. SDN/15/21.
- Costanzi, Rogério Nagamine (2015). Estrutura Demográfica e Despesa com Previdência: Comparação do Brasil com o Cenário Internacional. Boletim de Informações da FIPE. Dezembro de 2015. Disponível no site: http://www.fipe.org.br/pt-br/publicacoes/bif/
- _____(2016). Análise Sintética das Reformas Previdenciárias no Mundo. Boletim de Informações da FIPE. Dezembro de 2015. Disponível no site: http://www.fipe.org.br/pt-br/publicacoes/bif/
- _____; Ansiliero, Graziela e Luis Henrique Paiva (2016). Os Mitos Previdenciários no Brasil. Boletim de Informação da FIPE. Julho de 2016. Disponível no site: http://www.fipe.org.br/pt-br/publicacoes/bif/
- _____ e Graziela Ansiliero (2016). Impacto Fiscal da Demografia na Previdência Social. No Prelo.
- Dang, T., P. Antolín and H. Oxley (2001), "Fiscal Implications of Ageing: Projections of Age-Related Spending", OECD Economics Department Working Papers, No. 305, OECD Publishing.
- Giambiagi, Fabio; Zylberstajn, Hélio; Afonso, Luis Eduardo; Souza, André Portela e Eduardo Zylberstajn 2007. Impactos de Reformas Paramétricas na Previdência Social Brasileira. Texto para Discussão IPEA 1.289.
- ONU (2016). Projeção da População – Revisão de 2015. Disponível no link: https://esa.un.org/unpd/wpp/Download/Standard/Population/ em 08/06/2016. World Population Prospects: The 2015 Revision.
- Rocha, Roberto de Rezende e Marcelo Abi-Ramia Caetano – 2008. O Sistema Previdenciário Brasileiro: Uma Avalição de Desempenho Comparada. Texto para Discussão do IPEA nº 1.331. Março de 2008.
- União Europeia (2015). The 2015 Ageing Report – Economic and Budgetary Projections for the 28 EU Member States (2013-2060). European Commission. Directorate-General for Economic and Financial Affairs.

Tema
de capa

A SUSTENTABILIDADE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Por Natália Kenupp

Em 2015 foi sancionada a Lei nº 13.183, que determinou as novas regras da aposentadoria. O cálculo leva em consideração o número de pontos alcançados somando a idade e o tempo de contribuição. Para ter direito ao benefício, as mulheres devem alcançar 85 pontos e os homens 95. A pontuação é válida até 2018 e vai aumentando até 2027, quando será de 90/100. O tempo mínimo para contribuição é de 30 anos para mulheres e 35 para homens.

Menos de um ano depois, o governo interino de Michel Temer sugeriu uma reforma na previdência social de forma gradual, em que seria estabelecida uma idade mínima para ter acesso à aposentadoria. Por conta do ano eleitoral, a proposta só deve ser apreciada em 2017. A lei sancionada no ano passado e a intenção do governo interino trazem ao debate várias questões relacionadas à previdência, como a conveniência ou não de cortar gastos neste setor, a sustentabilidade no longo prazo, os beneficiários do sistema vigente e o modelo de reforma que seria benéfico para o País como um todo.

O presidente do Conselho Federal de Economia, Júlio Miragaya, destaca que o regime de seguridade social, conforme previsto na Constituição de 1988, é financiado pela contribuição previdenciária dos empregados e empregadores e outras contribuições, como a CSLL e o Cofins, com o objetivo de garantir previdência, saúde pública e assistência social. Ele acredita que os recursos arrecadados para a seguridade social, se não desviados para outras finalidades, são suficientes para suprir gastos com os três grupos de despesa mencionados. "Ademais, boa parte da receita previdenciária deixa de ser recolhida em razão da sonegação por parte das empresas e da renúncia fiscal em prol de determinados segmentos como entidades filantrópicas, sistema Simples Nacional e setor exportador rural", comenta Miragaya.

Miragaya afirma que a mudança proposta pelo governo interino no modelo atual de aposentadoria penalizará ainda mais os mais pobres. "O mercado de trabalho brasileiro ainda é fortemente caracterizado pela precarização das relações de trabalho, com milhares de trabalhadores na condição de assalariado sem carteira de trabalho assinada ou na condição de conta própria (autônomo), o que torna difícil a comprovação do tempo de contribuição. Assim, uma parcela expressiva, se não majoritária, hoje só consegue aposentadoria por idade, isto é, homens aos 65 anos e mulheres aos 60", comenta.

A previdência social oferece regras diferentes aos trabalhadores rurais, que podem receber os benefícios do INSS mesmo sem contribuição, desde que comprove atuação como lavrador. Além disso, podem se aposentar cinco anos antes dos contribuintes urbanos, com 60 anos se forem homens e aos 55 se forem mulheres, sendo o valor da aposentadoria de apenas um salário mínimo.

"A mudança proposta pelo governo interino no modelo atual de aposentadoria penalizará ainda mais os mais pobres."

Júlio Miragaya

Para Miragaya, a proposta do governo interino, ao igualar trabalhadores rurais aos urbanos, desconsidera que no campo o início da vida laboral se inicia mais cedo e a expectativa de vida é menor. "Elevar a idade mínima para aposentadoria do trabalhador rural para 65 anos significa que a ampla maioria não usufruiria do benefício, pois morreriam antes de obtê-lo", conclui.

Segundo o presidente do Cofecon, os benefícios pagos aos aposentados rurais devem ser vistos como programa de transferência de renda, uma vez que apenas pequena parcela dos trabalhadores do campo são assalariados. A maioria deles, segundo Miragaya, é constituída por pequenos produtores que fazem a contribuição previdenciária com base em seus parcos rendimentos, oriundos da diminuta comercialização da produção.

REFORMA PREVIDENCIÁRIA

Na opinião de Rogério Nagamine Costanzi, economista e especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo Federal - em exercício no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), há duas questões centrais a serem observadas ao abordar a reforma previdenciária. A primeira delas diz respeito a alta despesa esperada de acordo com a estrutura demográfica. "Os países membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) têm, em média, o dobro da participação de idosos na população, em comparação ao Brasil, e gastam 9% do PIB com previdência social. Aqui, se considerarmos o regime geral (INSS), regime dos servidores públicos e o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), o gasto com previdência social é de 12% do PIB", comenta.

Outra questão levantada por Nagamine é a tendência de que a despesa cresça muito em relação à previdência por conta do envelhecimento populacional. "Entre 2015 e 2060, a população de 15 a 64 anos, faixa em que estão os contribuintes, vai cair 6,7%. Nos anos 2000 havia 11 pessoas de 15 a 64 anos para cada pessoa de 65 anos. Em 2060 teremos duas pessoas de 15 a 64 anos para uma de 65 anos. A projeção demográfica a longo prazo é de 20% do PIB se não mudar nenhuma regra".

Já o presidente do Cofecon defende que não há déficit na previdência social, o que não significa que não devem ser feitos ajustes para eliminar distorções. Ele acredita que mudanças são necessárias para aperfeiçoá-la e progressivamente adequá-la às mudanças no perfil demográfico da população brasileira. Para Miragaya, a comparação do Brasil com outros países, especialmente os desenvolvidos como Alemanha, Suécia ou França, não é razoável pois a expectativa de vida média é muito superior à verificada no Brasil. "Também não procedem as comparações feitas com países subdesenvolvidos como México, Peru e Colômbia em relação ao percentual do PIB gasto com previdência social e de forma ampla seguridade social, visto que nesses países inexiste sistema de proteção social similar ao existente em nosso País, estabelecido especialmente a partir da constituição de 1988", defende.

APOSENTADORIA POR TEMPO

Segundo o estudo "O impacto das aposentadorias precoces na produção e na produtividade dos trabalhadores brasileiros", de autoria de Luis Henrique Paiva, Leonardo Alves Rangel e Marcelo Abi-Raima, são precoces aqueles que se aposentam antes das idades de 60 e 55 anos (homens e mulheres, respectivamente). Para ilustrar a precocidade do brasileiro aposentado, o documento traça um comparativo entre as modalidades de aposentadoria e a idade média para ter acesso ao benefício. O Regime Geral da Previdência Social (RGPS) exige, para as aposentadorias por idade, 65 anos (homens) e 60 anos (mulheres). No serviço público, nas aposentadorias por tempo de contribuição, é

preciso ter idade mínima de 60 e 55 anos, respectivamente para homens e mulheres. O Estudo afirma que as médias de idade para aposentadoria RGPS por tempo de contribuição são de 55 anos para homens e 52 anos para mulheres. "Aos 59 anos de idade, cerca de 30% dos brasileiros já declaram estar aposentados", informa o estudo, sendo que nesta conta estão incluídas centenas de milhares de trabalhadoras rurais, que se aposentam aos 55 anos.

A legislação brasileira não impede que o aposentado possa trabalhar. Rogério Nagamine Costanzi defende o fim da aposentadoria por tempo de contribuição e argumenta que as pessoas mais pobres se aposentam por idade ou pelo Benefício da Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS), enquanto os mais abonados são beneficiados por tempo de contribuição. "Vemos pessoas aposentando aos 50 anos com plena capacidade laboral, acumulando renda de trabalho e aposentadoria. Ao contrário do senso comum, não são pessoas de baixa renda, mas têm boa situação econômica", analisa. Na opinião de Nagamine, estipular uma idade mínima ajudaria a resolver o problema, mas não o equacionaria por não ser a única distorção, em sua visão, mas sim a mais palpável.

Por fim, Miragaya também refuta outro aspecto da reforma em discussão, a desvinculação dos benefícios em relação ao salário mínimo. "Mais uma vez tentarão jogar o custo do ajuste fiscal nas costas dos mais pobres, ao considerar o pífio rendimento de R$ 80,00 como algo excessivo", afirma o presidente do Cofecon.

RECUPERAÇÃO CONSISTENTE, OU VOO DE GALINHA?

Por Carlos Eduardo de Freitas.

I | INTRODUÇÃO

Observação: esta é uma primeira versão, preliminar, de um estudo prospectivo macroeconômico mais amplo para o Brasil. Agradecem-se críticas e sugestões, mas pede-se para não citar o trabalho, ainda em fase de discussão.

O governo enviou ao Congresso em 15/6/2016 Proposta de Emenda Constitucional limitando à inflação do exercício anterior o aumento das despesas primárias[1] do governo federal a cada ano (PEC 241/2016). Essa emenda constitucional é o pivô do programa de ajuste macroeconômico e o objetivo do presente estudo é testar as suas perspectivas de sucesso em estabelecer um regime fiscal de estabilidade que devolva aos capitalistas e empreendedores a confiança requerida para investirem, produzirem, empregarem as pessoas e criarem riqueza.

Trata-se de uma opção gradualista de correção do desequilíbrio. Mas, o governo inchou as despesas em 2016 que é o ponto de partida do ajuste, com vários pacotes de "bondades", alegando que o equilíbrio vem no longo prazo com o teto dos gastos. Fica-se com a sensação de que a idéia foi fazer o "bem" por atacado, ab initio, e o "mal" em conta-gotas ao longo dos próximos anos. Parece que colocaram Maquiavel de ponta cabeça, pois o aconselhamento de Niccolò Machiavelli ao Príncipe era o oposto: faça o "mal" por atacado e distribua o "bem" gradualmente ao longo do tempo.

Até o seu afastamento, em 12/5/2016, o governo Dilma trabalhava com uma previsão de déficit primário do governo central de R$ 96 bilhões para o ano. Embora todo mundo soubesse que essa meta seria reajustada em agosto quando do Relatório de Avaliação do IIIº bimestre, sempre era uma referência vestibular para um programa de governo comprometido com o ajuste fiscal.

Contudo, evitando confrontar o leque de interesses em jogo e as inevitáveis pressões daí decorrentes, sob escusas e explicações diversas, o governo elevou aquela meta de déficit para R$ 170,5 bilhões no final de maio. Porém, no início do mês de agosto, dois meses depois de aprovado pelo Congresso, comentários já circulavam de que até aquele valor pode ser ultrapassado.

O problema é que tendo carregado as despesas agora em 2016, o programa vai decolar com excesso de peso e mais tempo será necessário até que os sinais de convergência para os níveis de superávit primário que assegurarão a solvência do governo federal sejam inequívocos. Essa percepção é que garantirá o restabelecimento da confiança e o crescimento sustentado do Produto Interno Bruto.

1. Todos os gastos do governo exceto os pagamentos de juros.

CARLOS EDUARDO DE FREITAS
Consultor econômico independente, foi diretor de Área Externa do Banco Central e presidente do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal (Corecon-DF).

Um gradualismo lento, ou como dizia o Professor Simonsen, a passos de cágado, implica um vão livre grande demais na arquitetura do equilíbrio econômico do País, o qual pode perder sustentação ao longo do tempo por múltiplas razões externas e internas ao processo. E aí o edifício desaba.

Finalmente, só um comentário sobre críticas ao estabelecimento de tetos ao crescimento da despesa primária. Um primeiro argumento é dizer que não se estabelecem tetos para os gastos com o serviço da dívida pública (juros e principal).

O que acontece é que não há como colocar tetos a esses gastos, pois o custo da dívida depende da solvência do governo. Governos mais pobres, com dívidas elevadas, gastadores e descompromissados com o equilíbrio econômico tendem a pagar juros elevados. Afora ajuste fiscal, a forma de reduzir tais despesas é confisco; pode ser o confisco envergonhado mediante inflação, ou o confisco escancarado do qual a tentativa do governo Collor de impor um reescalonamento forçado foi um exemplo, ainda que de certa forma moderado.

Os confiscos de qualquer gênero costumam deixar seqüelas negativas que levam tempo para desaparecer, de modo que os governos devem fazer todo o esforço para evitar que a dívida pública atinja patamares que inviabilizem soluções clássicas de ajuste.

Os governos devem fazer todo o esforço para evitar que a dívida pública atinja patamares que inviabilizem soluções clássicas de ajuste.

Isto nada obstante, às vezes essas seqüelas podem ser positivas: no caso da Alemanha criou-se um trauma tão grande por causa da hiperinflação aberta do início da década de 1920 que os alemães se tornaram absolutamente refratários a qualquer desequilíbrio macroeconômico que tenha potencial de desencadear processo inflacionário, por mais insignificante que ele seja. Tornaram-se os campeões da rigidez fiscal e monetária.

A segunda crítica é que o teto congela o valor real de despesas importantes para o povo como educação e saúde. Também esse argumento é equivocado. Primeiro porque as despesas não precisam ser todas e cada uma reajustadas pelo mesmo porcentual correspondente à inflação do ano anterior. O governo e o Congresso, todos legitimados pelo voto popular, podem e devem fazer opções e ordenar prioridades a cada ano. Trata-se de dever intrínseco a seus mandatos. As prioridades evoluem ao longo do tempo e precisam ser constantemente ajustadas às circunstâncias de cada período. Pode até ser o caso de que aqueles gastos meritórios acabem aumentando com a imposição do teto.

Além disso, no caso presente, o congelamento está se fazendo num momento de despesas elevadas em relação à renda nacional, de modo que existe espaço para cair o consumo do governo num congelamento temporário até que se alcancem superávits primários compatíveis com redução da dívida pública e sua estabilização. Aliás, esta deveria ser a condição para suspensão do congelamento, e não estipular-se ab initio um prazo certo, e em princípio exagerado (20 anos) como colocado na PEC 241/2016. Seja como for, parece recomendável manter-se uma regra de expansão dos gastos primários do governo mesmo depois de superado o congelamento em moeda constante. O teto poderia ser fixado como uma proporção determinada do PIB nominal, por exemplo.

Em suma, a idéia de um teto para expansão dos gastos do governo, em todas as esferas, federal, estadual e

municipal, é saudável e se recomenda como princípio prudencial para mitigar volatilidades da renda nacional e do emprego. As ponderações in casu dizem respeito a que o teto deveria ser mais severo e mais front loaded, ou seja, preocupam as concessões excessivas nesses três meses de interinidade do governo Temer.

Um teto para expansão dos gastos do governo, em todas as esferas, federal, estadual e municipal, é saudável e se recomenda como princípio prudencial para mitigar volatilidades da renda nacional e do emprego.

II | METODOLOGIA DE ABORDAGEM DO PROBLEMA

Feitas as considerações qualitativas, cabe agora levar a cabo um exame prospectivo do funcionamento do teto das despesas primárias de forma a se formar um juízo, com todas as cautelas de praxe, das perspectivas de sucesso do novo regime fiscal da PEC 241/2016.

Para tanto e de modo a evitar a imposição dos pontos de vista deste observador da cena econômica brasileira, construiu-se um cenário prospectivo da economia abrangendo o triênio 2016-2018, sob critérios explicitados na seção IV deste artigo. O propósito foi colocar números na argumentação para estimular a discussão tornando-a mais objetiva.

A idéia é examinar as perspectivas de sucesso da PEC 241 utilizando-se a identidade fundamental do equilíbrio macroeconômico ex-post, espelhada na expressão matemática clássica:

$b \equiv d + (I_p - S_p)$ Eq. (1), onde

b = Déficit do balanço de pagamentos em transações correntes como proporção do PIB = excesso de investimento sobre poupança da economia como um todo. Sinal negativo indica superávit do balanço de pagamentos em transações correntes, ou seja, indica que a economia poupa mais do que investe e este excesso de poupança está sendo investido no exterior.

d = Déficit nominal do setor público consolidado como proporção do PIB (governo central, governos estaduais e municipais, e estatais federais, estaduais e municipais, exceto Petrobrás e Eletrobrás) = excesso de investimento sobre poupança do setor público consolidado. Sinal negativo indica superávit do setor público, com poupança maior que o investimento. O excedente de poupança pode ter sido usado para dar suporte ao investimento privado ou aplicado no exterior.

I_p = Investimento do setor privado como proporção do PIB.

S_p = Poupança do Setor Privado como proporção do PIB.

$(I_p + S_p)$ = Déficit do setor privado, ou seja, excesso de investimento sobre poupança do setor privado. Sinal negativo indica superávit do setor privado, quer dizer poupança maior que investimento; o excesso de poupança pode ter sido usado para compensar poupança negativa do setor público, digamos, adquirindo títulos da dívida pública e/ou para investir no exterior.

Importante ter em mente que a Eq. (1) pode ser lida de duas maneiras:

a) Em primeiro lugar como identidade que sempre se verifica ex-post, significando que o ajustamento se produz de qualquer forma, com equilíbrio ou desequilíbrio macroeconômico; ou,

b) Em segundo, como equação de equilíbrio ex-ante, isto é, quando e refletem os planos ex-ante de investimento e poupança dos agentes privados – capitalistas, empreendedores e unidades familiares; e, ainda, o valor de espelhe o desejo dos investidores estrangeiros aplicarem recursos de poupança autêntica no país.

Assim, o critério de julgamento do equilíbrio macro consiste na apreciação das ordens de grandeza de e , vis-à-vis , comparando-se os valores das variáveis projetadas para a identidade conforme cenário econômico prospectivo, com o que seriam as conjecturas referidas no item (b) do parágrafo acima.

Não se conhecem os valores verdadeiros dos planos ex-ante de poupança e investimento do setor privado, nem o que seriam as intenções genuínas dos investidores do exterior de transferirem poupança para o país, excluindo-se movimentos de capitais financeiros de curto prazo puramente especulativos para realizar lucros de arbitragem com juros e perspectivas de oscilação de taxas de câmbio.

Então é preciso recorrer a conjecturas para confrontar o que seria a Eq. (1) equilibrada ex-ante e a projeção da identidade contábil resultante da construção do cenário econômico para determinado horizonte de tempo.

III | CENÁRIO PROSPECTIVO DA ECONOMIA BRASILEIRA

III.1 - ANTECEDENTES

Então foi esse o exercício que construímos. A Tabela I mostra a Eq. (1) conforme observada ano a ano, de 2001 a 2015. E em cor vermelha as projeções de como poderia se comportar ex-post em função do cenário construído para o triênio de acordo com os critérios explicitados na Seção IV.

Em primeiro lugar observa-se que no período 2003/2007 o Brasil poupava mais do que investia domesticamente e expandia investimentos no exterior: o balanço de pagamentos em transações correntes apresentou superávit nos cinco anos, e a média foi de 1% do PIB . Empresas brasileiras tornaram-se multinacionais e o Banco Central consolidou volume expressivo de reservas internacionais. O novo governo do Partido dos Trabalhadores dava continuidade e aprofundava o equilíbrio macroeconômico herdado do governo FHC. O PIB crescia (taxa média do período de 4%a.a.) e a Renda Interna crescia ainda mais graças ao boom de commodities que melhoravam consistentemente as relações de troca do País.

O setor privado poupava mais do que investia, mas não devido a necessidades de bancar déficits elevados do setor público, que ficou na casa dos 3,6% do PIB. A poupança privada ex-post deve ter se situado numa faixa de 19% a 20% do PIB, nível implícito no superávit médio do setor privado daquele período de 4,6% do PIB. Este porcentual está provavelmente um pouco acima do que seria a propensão a poupar ex-ante dos agentes privados, mas a pressão sobre o equilíbrio macro era discreta – a inflação ficou sob controle (2003 foi ano atípico que ainda carregou a crise financeira eleitoral de 2002 decorrente de receios de um governo do Partido dos Trabalhadores), e a taxa de juros, embora administrada com rigor, não precisou ser esticada. O Brasil estava enriquecendo e essa afluência se explicitava numa taxa de câmbio valorizada que barateava o investimento, reduzindo a relação capital/produto. Sobrava mais dinheiro no setor privado. Dava para investir em títulos do Tesouro de padrão internacional e ainda expandir-se comercialmente no exterior. A imagem emblemática desses anos dourados foi a capa do The Economist com o Cristo Redentor decolando.

Veio a crise de 2008. As relações de troca, depois de um pequeno recuo em 2009, deram uma última arrancada até 2011 subindo 25% nesse curto espaço de tempo, para entrar em queda daí em diante.

Paralelamente, o governo abandonou a austeridade anterior, entusiasmou-se com o sucesso de sua primeiro jornada anti-cíclica, sem perceber que o êxito se deveu basicamente à economia chinesa que manteve o vigor e ajudou a puxar o preço das commodities.

Além disso, a partir de 2009/2010 ganham expressão as transferências de recursos do Tesouro ao BNDES. Essas operações que do ponto de vista técnico deveriam ter sido classificadas como despesas de inversões financeiras acima da linha, afetando negativamente o resultado primário do governo central, foram contabilizadas abaixo da linha como empréstimos de modo a não prejudicar a imagem de austeridade que o governo ainda pretendia ter.

Então, no período que vai de 2010 em diante o setor privada deve ter apresentado de fato superávit na faixa de 3% do PIB e não déficit como se estivesse investindo mais do que poupava. O déficit do setor público provavelmente ficou acima de 4% do PIB ao longo dos anos 2010 a 2013, se aproximando dos 5% do PIB em 2013.

Como os termos de troca pararam de ajudar a partir do final de 2011 e o Banco Central reduziu artificialmente a taxa de juros começando em agosto de 2011, as tensões inflacionárias aumentaram e o governo tabelou preços estratégicos: derivados de petróleo, eletricidade e transportes. A inflação ficou na fronteira do limite superior da meta – 6,5% - de 2010 a 2014.

É possível e até provável que as propensões a investir e a poupar do setor privado tenham caído ao longo dos anos de 2011 a 2013/2014.

Em 2014 a economia já operava claramente sob stress. O déficit do balanço de pagamentos atingiu 4,3% do PIB ultrapassando a barreira dos 4% e acendendo um alerta vermelho. O déficit do setor público de 6% do PIB foi absorvido em sua maior parte (71%) no balanço de pagamentos, aliviando a pressão sobre o setor privado. Mas a percepção de insustentabilidade dos desequilíbrios paralisou a economia que cresceu apenas 0,1% em 2014. De qualquer forma a taxa de investimento ainda ficou num nível elevado para os padrões brasileiros atuais – 20,9% do PIB o que, associado à pressão do déficit fiscal, exigiu que a poupança privada ex-post atingisse estimativamente 18,6% do PIB no limite do que se pode admitir para a propensão a poupar genuína do setor privado (16% a 18% do PIB, no máximo).

Em 2015 finalmente o stress escancarou-se. O déficit total do setor público chegou à cifra extravagante de 10,38% do PIB. O déficit do balanço de pagamentos cai para 3,3% do PIB refletindo o ajuste cambial e a forte contração da economia (-3,28% de variação do PIB real). **O setor privado faz um superávit de 7,05% do PIB e a poupança privada estimada alcança 22,3% do PIB, significativamente acima dos níveis mais otimistas que se pudessem assumir para o potencial da poupança privada ex-ante. Esse total de poupança privada ex-post foi extraído em parte por meio do aumento da inflação (10,7% em 2015 contra 6,4% em 2014), e em parte pela contração da economia, com diminuição da taxa de investimento que caiu de 20,9% para 17,1% do PIB, de 2014 para 2015.**

IDENTIDADE BÁSICA DO EQUILÍBRIO MACROECONÔMICO EX-POST

b = d + (Ip-Sp)

Déficit do Balanço de Pagamentos em Transações Correntes é igual Ex-Post à Soma do Déficit do Setor Público com o Déficit do Setor Privado

Ano	Déficit Balanço de Pagamentos Transações Correntes B	Déficit Nominal Setor Público Consolidado dI	Déficit do Setor Privado p-Sp	PIB	Déficit Balanço de Pagamentos Transações Correntes
	%PIB	%PIB	%PIB	R$ milhões	%a.a.
	col.(5)=col.(3)/col.(8)c	ol.(6)=col.(4)/col.(8)c	ol.(7)=col.(5)-col.(6)	col.(8)	
2001	4,24%	3,42	0,82%	1.315.755,47	1,39%
2002	1,59%	4,42%	-2,82%	1.488.787,26	3,05%
2003	-0,67%	5,18%	-5,85%	1.717.950,40	1,14%
2004	-1,70%	2,88%	-4,57%	1.957.751,21	5,76%
2005	-1,52%	3,54%	-5,06%	2.170.584,50	3,20%
2006	-1,18%	3,57%	-4,75%	2.409.449,92	3,96%
2007	-0,03%	2,74%	-2,77%	2.720.262,94	6,07%
2008	1,81%	1,99%	-0,18%	3.109.803,09	5,09%
2009	1,57%	3,19%	-1,62%	3.333.039,36	-0,13%
2010	3,43%	2,41%	1,02%	3.885.847,00	7,53%
2011	2,95%	2,47%	0,48%	4.373.658,00	3,91%
2012	3,02%	2,27%	0,75%	4.805.913,00	1,92%
2013	3,04%	2,96%	0,08%	5.316.455,00	3,01%
2014	4,31%	6,05%	-1,73%	5.687.309,00	0,10%
2015	3,33%	10,38%	-7,05%	5.904.331,21	-3,85%
2016	0,83%	8,30%	-7,47%	6.264.510,12	-3,00%
2017	0,73%	7,84%	-7,11%	6.816.687,16	1,50%
2018	2,15%	7,48%	-5,33%	7.493.157,33	3,00%

III.2 – VISÃO PROSPECTIVA E CONCLUSÕES

Passando em revista a Tabela II onde se apresenta o resumo do cenário prospectivo a impressão imediata é de um quadro preocupante que requer atenção e acompanhamento cuidadoso.

O principal problema, aliás, já público, é que o programa de ajuste do governo é gradualista a passos de cágado, como diria o Professor Mário Henrique Simonsen.

As variáveis-chave marcham na direção correta. O déficit total do setor público cai consistentemente, saindo de 10.4% do PIB em 2015, para 8,3% em 2016, 7,8%

e 7,5%, respectivamente em 2017 e 2018. A despesa primária em relação ao PIB também cai, embora suba de 19,6% do PIB em 2015 para 20,2% do PIB em 2016. Conforme já assinalado anteriormente o governo Temer carregou na despesa de 2016, e só se atingiria uma relação inferior à de 2015 em 2018, com 18,9% do PIB.

A pressão sobre o setor privado para poupar significativamente mais do que e investe perdura no horizonte de 3 anos, isto é, até 2018; e pelo menos 5 pontos de porcentagem do PIB acima da sua taxa de poupança desejada. O superávit do setor privado evoluiria de 7,5% do PIB em 2016, para 7,1% em 2017 e 5,3% do PIB em 2018. E essa última queda se explica em parte pela suposição de déficit mais expressivo do balanço de pagamentos em conta corrente no exercício de 2018 (linhas 4 e 5 da Tabela II).

Com isso, talvez a suposição de queda da taxa Selic prevista na Pesquisa Focus e nas Projeções de Longo Prazo do Bradesco não possam se confirmar inteiramente (linha 11 da Tabela II). A redução do juro teria que ser também gradual para acomodar o ritmo lento do ajuste. O crescimento do PIB de 3% em 2018 projetado pelo Departamento Econômico do Bradesco ainda poderia se concretizar, mas não se prognosticaria expansão mais expressiva nos exercícios imediatamente subseqüentes àquele ano. Eventualmente o crescimento do PIB seria mesmo menor do que o cenário mostra para 2018 (talvez 2,5%).

O comportamento previsto para a relação entre a Dívida Bruta do Governo Geral e o PIB mostra-se fortemente crescente – de 66,5% do PIB em 2015, evoluiria para 80, 90 e 99% do PIB em 2018. Aumenta 10 pontos de porcentagem do PIB a cada ano, na esteira dos elevados déficits do setor público consolidado. Note-se que de 2014 para 2015 a razão Dívida Bruta do Governo Geral/PIB aumentou 9,3 pontos de porcentagem do PIB acompanhando déficit consolidado do setor público de 10,3% do PIB. Ou seja, a ordem de grandeza do aumento projetado nessa razão Dívida/PIB tem precedente no exercício de 2015 vis-à-vis 2014.

	VALORES OCORRIDOS		PROJEÇÕES		
	Variáveis Endógenas				
	2014	2015	2016	2017	2018
1) IPCA ponta-a-ponta	6,41%	10,67%	7,00%	4,97%	4,50%
2) IPCA médias anuais	6,33%	9,03%	8,88%	5,37%	4,59%
3) Deflator Implícito do PIB	6,86%	7,97%	9,38%	7,21%	6,72%
4) Déficit do Balanço de Pagamentos em Transações Correntes US$ bilhões	104,18	58,88	15,00	14,45	
5) Déficit do Balanço de Pagamentos em Transações Correntes % do PIB	4,31%	3,33%	0,83%	0,73%	2,15%
6)Taxa de câmbio média do ano R$/US$	2,3547	3,34	3,46	3,45	3,35
7) PIB variação real	0,10%	-3,28%	-3,00%	1,50%	3,00%
8) PIB em US$ bilhões correntes	2.415,30	1.768,45	1.810,55	1.975,85	2.236,76
9) PIB em R$ bilhões correntes	5.687,31	5.904,33	6.264,51	6.816,69	7.493,16
	Variáveis Exógenas Instrumentais				
10) Selic média do ano	10,86%	13,37%	14,13%	11,78%	9,43%
11) Selic final de ano	11,75%	14,25%	13,50%	11,00%	9,25%
12) Teto de variação das despesas primárias do Gov.Central no ano	-	-	-	7,00%	4,97%
13) Déficit Nominal do Setor Público Consolidado (SPC) R$ bilhões {(+)=Déficit}; {(-)=Superávit}	343,92	613,03	519,89	534,28	560,24
14) Déficit Nominal do Setor Público Consolidado (SPC) % do PIB {(+)=Déficit; {(-)=Superávit.	6,05%	10,38%	8,30%	7,84%	7,48%
15) Déficit Primário do Setor Público Consolidado R$ bilhões {(+)=Déficit; {(-)=Superávit}	32,54	111,25	191,24	162,74	118,37
16) Déficit Primário do Setor Público Consolidado % do PIB {(+)=Déficit; {(-)=Superávit}	0,57%	1,88%	3,05%	2,39%	1,58%
17) Déficit Primário do Gov. Central R$ bilhões {(+)=Déficit; {(-)=Superávit}	20,47	116,66	170,50	152,37	118,37
18) Déficit Primário do Gov. Central % do PIB	0,57%	1,88%	2,72%	2,24%	1,58%
19) Déficit Primário Estados & Municípios + Empr.Estatais {(-) = Superávit}; {(+) = Déficit}. R$ bilhões	12,06	-5,41	20,74	10,37	0,00
20) Déficit Primário Estados & Municípios + Empr.Estatais {(-) = Superávit}; {(+) = Déficit}. % PIB	0,21%	-0,09%	0,33%	0,15%	0,00%
21) Juros Nominais Setor Público Consolidado R$ bilhões	311,38	501,79	328,64	371,54	441,87
22) Juros Nominais Setor Público Consolidado % PIB	5,48%	8,50%	5,25%	5,45%	5,90%
23) Déficit do Setor Privado [Ig-Sg] % PIB {(-) = Superávit}; {(+)=Déficit}	-1,73%	-7,05%	-7,47%	-7,11%	-5,33%
24) Investimento Total % PIB	20,90%	17,71%	17,71%	19,29%	20,86%
25) Investimento do Setor Público Consolidado % do PIB	4,00%	2,50%	1,70%	1,70%	2,41%
26) Poupança do Setor Público Consolidado % do PIB	-2,05%	-7,88%	-6,60%	-6,14%	-5,07%
27) Investimento do Setor Privado % do PIB	16,90%	15,21%	16,01%	17,59%	18,45%
28) Poupança do Setor Privado % do PIB	18,63%	22,26%	23,48%	24,69%	23,78%
29) Despesa Primária do Governo Central US$ Bilhões	1.038,72	1.158,70	1.262,36	1.350,72	1.417,85
30) Receita Primária Líquida do Governo Central US$ bilhões	1.021,51	1.043,11	1.091,86	1.198,35	1.299,48
31) Dívida Bruta do Governo Geral R$ bilhões	3.252,45	3.927,52	5.036,45	6.175,89	7.445,22
32) Relação Dívida Bruta Gov.Geral/PIB %	57,19%	66,52%	80,40%	90,60%	99,36%

Um crescimento da razão Dívida/PIB nesse patamar, sem que ao cabo de 3 anos de ajuste se conseguisse apresentar superávit primário do setor público consolidado, pode colocar a economia brasileira no limiar de uma situação de insolvência e de dominância fiscal[2].

O exercício também sugere que a PEC 251/2016, embora correta, precisaria ser mais restritiva para lidar com a urgência e gravidade do desequilíbrio fiscal. O erro de sobrecarregar a despesa na largada já foi cometido e não tem volta.

Tudo considerado, a conclusão preliminar é de que parece haver neste momento, agosto de 2016, otimismo excessivo dos agentes econômicos com perspectivas de recuperação do crescimento econômico e do emprego, com inflação dentro da meta de 4,5%a.a.. Isso não parece ter fundamentação consistente devido à profundidade do desarranjo fiscal do País. O máximo que se poderia antecipar seria um crescimento baixo e volátil[3].

Isto nada obstante, antes de qualquer manifestação mais conclusiva, é importante assinalar certos pontos da construção do cenário que precisariam ser revisitados em maior detalhe. São eles:

a) Rever a projeção das receitas primárias do governo central. A regressão usada estimou uma elasticidade-PIB da receita de 0,8563, de

2. Em casos de dominância fiscal a política monetária perde eficácia.
3. A alternativa, pior, consistiria em aceitar mais inflação, intensificando a redução dos juros, na vã ilusão de aumentar a taxa de crescimento do PIB.

modo que a carga tributária do governo central cai discretamente ao longo do horizonte de previsão. Há uma discussão na profissão no momento sobre esse tema, mas seria o caso de investigar a possibilidade de numa elasticidade pelo menos unitária ou ligeiramente acima de 1.

b) Rever a projeção dos juros líquidos do setor público consolidado. A metodologia usada é complicada, mas, ao mesmo tempo, simplória. Pergunta-se: estará esse critério simplificado, embora com muitas voltas, superestimando a Dívida Bruta do Governo Geral? o critério consiste em projetar-se a taxa de juros implícita da Dívida Líquida do Setor Público Consolidado. O valor dos juros resultante, somado ao déficit primário, é acrescentado à Dívida Líquida em 31/12/(Ano Anterior) calculando-se com isso a Dívida Líquida em 31.12.(Ano Atual). Esse montante é então convertido, primeiro ao conceito de Dívida Bruta do Governo Geral (critério antigo, até 2007), e finalmente a Dívida Bruta do Governo Geral (critério usado pelo Banco Central a partir de 2008).

c) Incluir na receita do governo central previsões de arrecadação de recursos via securitização de dívida ativa, privatizações, concessões onerosas, etc..

d) Incorporar déficit do balanço de pagamentos em conta corrente mais elevado pelo menos para 2017. A projeção da Pesquisa Focus parece excessivamente baixa. Algo como 1,5% do PIB seria mais realista do que 0,73%.

e) Considerar os prós e contras da hipótese de aumento de carga tributária reintroduzindo CPMF ou aumentando incidências de impostos já existentes. A CIDE já foi reinstituída, mas ainda está 1/3 aproximadamente abaixo do seu potencial. De qualquer forma a CIDE é insignificante. Também vale a pena verificar o que ainda falta eliminar das desonerações direcionadas do governo Dilma. A carga tributária brasileira é elevada e mal distribuída, embora não necessariamente excessiva na comparação internacional. De 2009 para cá oscilou entre 32,4% do PIB, e um máximo de 33,4% do PIB em 2011; em seguida caiu para 32,7% chegando a 32,5% do PIB em 2014. Provavelmente foi um pouco menor em 2015. A carga tributária líquida do governo central (Tabela III) também vem apresentando reduções discretas; caiu 2,2 pontos de porcentagem do PIB de 2010 a 2014 e 2,5 pontos se considerarmos também 2015. Ademais das desonerações, a diminuição da atividade econômica e agora a severa contração contribuíram certamente para a redução da carga.

De qualquer forma e sem prejuízo da importância do aperfeiçoamento do cenário prospectivo, simulações preliminares sugeriram que o quadro básico não se alteraria com as revisões indicadas acima. A relação Dívida/PIB evoluiria para a casa dos 90% em 2018, e o setor privado continuaria constrangido a bancar uma significativa poupança negativa estimada para o setor público, de 6,6% do PIB em 2016 a 5,1% do PIB em 2018 (linha 26 - Tabela II), com todos os efeitos colaterais negativos decorrentes dessa circunstância.

Carga Tributária Líquida do Governo Central

ANO	Ti/Yi
1997	14,16%
1998	15,60%
1999	16,44%
2000	16,54%
2001	17,28%
2002	18,00%
2003	17,42%
2004	18,13%
2005	18,78%
2006	18,78%
2007	18,98%
2008	18,92%
2009	18,50%
2010	20,17%
2011	18,87%
2012	18,49%
2013	18,73%
2014	17,96%
2015	17,67%
2016	17,43%
2017	17,59%
2018	17,34%

IV | CRITÉRIOS PARA CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO 2016/2018

	PROJEÇÕES fontes e critérios
1) IPCA ponta-a-ponta	2017 e 2017 cf. Focus de 22 /7/2016 e 29/7/2016. 2018 Projeções Bradesco de longo prazo.
2) IPCA médias anuais	Idem
3) Deflator Implícito do PIB	Estimativas do autor. Regressão do Deflator Implícito sobre o IPCA médio.
4) Déficit do Balanço de Pagamentos em Transações Correntes US$ bilhões	2016 e 2017 cf. Focus de 22 /7/2016 e 29/7/2016. 2018 Projeções Bradesco.
5) Déficit do Balanço de Pagamentos em Transações Correntes % do PIB	Cálculos do autor com base nas taxas de câmbio e variação do PIB real projetadas
6)Taxa de câmbio média do ano R$/US$	2016 e 2017 - Focus, idem. 2018 - Bradesco, idem
7) PIB variação real	Projeções Bradesco de longo prazo.
8) PIB em US$ bilhões correntes	Conversão a US$ pelas taxas de câmbio projetadas cf.Focus e Bradesco
9) PIB em R$ bilhões correntes	Variação real do PIB cf.Bradesco e deflator implícito estimado pelo autor (vide acima).
10) Selic média do ano	Focus e Bradesco
11) Selic final de ano	Idem, idem
12) Teto de variação das despesas primárias do Gov.Central no ano	PEC 241/2016
13) Déficit Nominal do Setor Público Consolidado (SPC) R$ bilhões {(+)=Déficit}; {(-)=Superávit}	Calculado pelo autor a partir das projeções do resultado primário e da estimativa de juros
14) Déficit Nominal do Setor Público Consolidado (SPC) % do PIB {(+)=Déficit; {(-)=Superávit.	Razão entre o déficit nominal total e o PIB
15) Déficit Primário do Setor Público Consolidado R$ bilhões {(+)=Déficit; {(-)=Superávit}	Déficit Primário estimado Gov.Central + Estados e Munic. Com Estatais (ex-Petrobrás e Eletrobrás)
16) Déficit Primário do Setor Público Consolidado % do PIB {(+)=Déficit; {(-)=Superávit}	Razão entre o déficit primário total e o PIB
17) Déficit Primário do Gov. Central R$ bilhões {(+)=Déficit; {(-)=Superávit}	Estimativa acima da linha cf. receitas e despesas projetadas (vide abaixo)
18) Déficit Primário do Gov. Central % do PIB	Razão Déficit Primário Gov. Central/PIB
19) Déficit Primário Estados & Municípios + Empr.Estatais {(-) = Superávit}; {(+) = Déficit}. R$ bilhões	2016 - Estados:O Globo, 6/8/16, p.22.Estatais:média resultados 2012/15 incluindo Iº sem.2016 anualizado.
20) Déficit Primário Estados & Municípios + Empr.Estatais {(-) = Superávit}; {(+) = Déficit}. % PIB	Razão déficit primário Estados&Munic./PIB
21) Juros Nominais Setor Público Consolidado R$ bilhões	Estimativas do autor. Ver linhas 33, 34 e 35 abaixo.
22) Juros Nominais Setor Público Consolidado % PIB	Razão Juros nominais/PIB
23) Déficit do Setor Privado [Ig-Sg] % PIB {(-) = Superávit}; {(+)=Déficit}	(b-d)
24) Investimento Total % PIB	2016: valor ocorrido em 2015. 2016: média 2014 e 2015. 2018: repetido o valor de 2014.
25) Investimento do Setor Público Consolidado % do PIB	Ver lina 37 aaixo.
26) Poupança do Setor Público Consolidado % do PIB	$S_g = 1_g - (b-d)$
27) Investimento do Setor Privado % do PIB	$I_p = I - I_g$
28) Poupança do Setor Privado % do PIB	$S_g = 1_g - (b-d)$
29) Despesa Prim ária do Governo Central US$ Bilhões	2016:Previsão da receita+déficit primário meta do governo = R$ 170,5 bilhões.2017/2018:PEC 241/2016.
30) Receita Primária Líquida do Governo Central US$ bilhões	2016: média da projeção do Relatório de Avaliação do IIIº bimestre, da equação [cont. item 39 abaixo]
31) Dívida Bruta do Governo Geral R$ bilhões	Ver inciso (b) do texto, p. 8.
32) Relação Dívida Bruta Gov.Geral/PIB %	Auto explicativo.

33) 2016: taxa de juros implícita média da dívida líquida do setor público consolidado sobre a dívida líquida em 31/12/2015.
34) 2017: taxa de juros média (2002-2012) implícita na dívida líquida do setor público consolidado menos 1 unidade de desvio padrão sobre a dívida líquida de 2016.
35) 2018: idem, idem sobre a dívida líquida de 2017.
36) Continuação do item 19 acima. Déficit Primário de Estados & Munic. + Estatais: 2017:50% do déficit de 2016. 2018:equilíbrio.
37) 2016 e 2017: valor estimado pela Secr.Pol.Econ. Para o investº do gov.central em 2015 e assumido o mesmo valor para o restante do setor público. 2018: 0,85% do PIB para o gov. central cf. 2015 e aplicação do multiplicador de 1,837 para os investimentos dos estados cf. dados do IPEA-Data para 1990 a 2000.
38) A despesa primária para 2017 foi estimada mediante a aplicação da inflação previsa para 2016 (7%) sobre a despesa estimada para 2016. Para a despesa de 2018 foi aplicado o mesmo raciocínio usando a inflação prevista para 2017 sobre a despesa estimada para 2017.
39) de regressão (T/Y) - AMOSTRA 2009-2015 e do comportamento Jan-Mai de 2016. 2017 e 2018: eq. de regressão amostra 2009-2016.

DESIGUALDADE DE RENDA E O IMPOSTO DE RENDA NO BRASIL

Por Roberto Bocaccio Piscitelli [1]

Um ano antes de a Oxfam ter divulgado um estudo contundente sobre a distribuição de renda e de riqueza no mundo, às vésperas do Fórum Econômico Mundial, no ano passado, um banco – o Credit Suisse – revelava que o 1% mais rico da população mundial acumulava mais riqueza que todo o resto junto. Em 2015, apenas 62 indivíduos detinham a mesma riqueza que a metade mais pobre do mundo; em 2010, essa proporção era de 388 indivíduos. Nesse período de cinco anos, a riqueza desses mais ricos aumentou 44%; a metade mais pobre perdeu 41%. O Prof. Piketty, nos alentados estudos que coordenou, já vinha alertando para esse dramático e perigoso quadro que se delineia para o futuro da Humanidade, e chamava a atenção para o fato de não ter podido incluir o Brasil em suas conclusões, pela falta de dados – ou de acesso aos dados – referentes ao País, um dos campeões da desigualdade no mundo.

O Banco Mundial também alerta para o problema, ao reconhecer que a América Latina e o Caribe formam a região mais desigual do mundo. O Brasil, o país que mais reduziu a pobreza, hoje é um dos mais ameaçados, devido à forte crise econômica e política. Organizações internacionais apontam para um grande desequilíbrio no Continente: os 10% mais ricos concentram 71% da riqueza, mas pagam apenas 5,4% de seus rendimentos em impostos, em média (dados da CEPAL). Pesquisa recente conduzida no âmbito do IPEA demonstra que os ciclos políticos – democracia x autoritarismo – têm influência relevante na evolução ou involução da desigualdade social.

O Brasil, o país que mais reduziu a pobreza, hoje é um dos mais ameaçados, devido à forte crise econômica e política.

Nesse sentido, é altamente expressivo o exame da atual estrutura tributária brasileira, com ênfase para a reduzida participação dos impostos diretos e, em particular, do Imposto de Renda sobre as Pessoas Físicas, uma vez que a tributação sobre o patrimônio é insignificante, praticamente desprezível.

A apresentação e os comentários que faremos a seguir se baseiam na publicação editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, a partir de uma série que engloba os anos-calendário 2007 – 2013 (único período disponível até agora), denominada Grandes Números IRPF. Passará a ser anual – com divulgação em até 180 dias após o processamento das Declarações de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, nos termos da Portaria nº 165, de 9 de maio de 2016,

ROBERTO PISCITELLI

1. Mestre em Administração em Planejamento Governamental pela UnB, especialista em Administração Econômica e Financeira pela Universidade de Paris e em Política e Administração pela Fundação Getúlio Vargas. É professor na UnB, consultor legislativo no Núcleo de Orçamento, Finanças e Tributação na Câmara dos Deputados, além de conselheiro e ex-presidente do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal (Corecon-DF)

do Ministro da Fazenda, que dispõe sobre publicação de dados referentes à distribuição da renda e da riqueza dos declarantes do imposto sobre a Renda Pessoas Físicas – IRPF e de Relatório sobre a Distribuição da Renda e da Riqueza da População Brasileira, a ser elaborado pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (que poderá incorporar informações provenientes de outras fontes, como pesquisas domiciliares publicadas pelo IBGE). Os dados globais (e, portanto, não individualizados, preservando-se o sigilo fiscal) serão agrupados por centésimos da população de contribuintes, com o seguinte padrão de detalhamento:

- rendimento e alíquota efetiva do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física – IRPF;
- rendimento segundo a natureza da fonte;
- valor dos bens e direitos;
- valor dos ônus e dívidas;
- valores e os tipos de deduções e isenções; e
- número de dependentes.

A seguir, destacaremos alguns aspectos que nos pareceram mais relevantes, considerando-se sempre o último ano disponível, 2013. De um modo geral, arredondamos os grandes números, para facilitar a leitura e compreensão do texto.

São 26.494.416 declarantes, dos quais apenas 42% no modelo completo de declaração. A população economicamente ativa, à época, era de 102,5 milhões, pelo que tão somente 26% das pessoas nessa condição apresentavam declaração. O somatório dos rendimentos isentos e dos com tributação exclusiva (mais branda, a alíquotas únicas) – isto é, que não se submetem à tributação progressiva, à tabela – corresponde a 65% dos rendimentos tributados com base na tabela progressiva. O imposto devido corresponde a 9% dos rendimentos tributáveis, a 6% do somatório dos rendimentos tributáveis e isentos (não computados os com tributação exclusiva) e a 2% do patrimônio líquido (bens e direitos menos dívidas e ônus) dos declarantes. Por outro lado, o somatório dos rendimentos – tributáveis pela tabela, com tributação exclusiva e isentos – corresponde a 40% do patrimônio líquido, sendo de notar que os valores patrimoniais não são atualizados. Dos 26.494.416 declarantes mencionados, 43% não tinham imposto devido; portanto, apenas 15.170.717 são contribuintes stricto sensu, o que permite concluir que apenas 7,5% da população economicamente ativa pagam (ou devem) Imposto de Renda, o que – independentemente de possível subestimativa, em virtude da existência de contribuintes omissos - atesta a estreiteza da base tributável brasileira, seja pela insuficiência (e concentração) de renda, seja pelas exclusões decorrentes dos tratamentos diferenciados, privilegiados conferidos pela legislação a determinados grupos sociais.

Quando se efetua o corte pelo gênero, verifica-se que 58% dos declarantes são do sexo masculino. Os rendimentos tributáveis médios dos homens são de R$ 51.185,70 e os das mulheres, R$ 45.482,07, o que não constitui nenhuma surpresa: os das mulheres correspondem a 89% dos dos homens, o que é uma relação até superior à das médias salariais constatadas no mercado de trabalho. A relação entre o imposto devido pelos homens e seus rendimentos tributáveis é de 9,28%; no caso das mulheres, a relação é de 8,12%. Já quando comparamos o patrimônio líquido com os declarantes, as diferenças são muito mais significativas: o dos homens é de R$ 247.818,00 e o das mulheres, R$ 134.593,00, ou seja, apenas 54%, o que é mais um indício de que a concentração de riqueza é maior que a de renda.

No corte efetuado por faixa etária, há mais algumas informações interessantes, dentre as quais salientamos: crescem, a partir da 2ª faixa – 19 a 30 anos – a alíquota média, a relação entre imposto devido e base de cálculo e o valor médio dos bens e direitos, mas decresce a base de cálculo sobre os rendimentos totais. A faixa intermediária – de 51 a 60 anos – é a que apresenta o maior valor de bens e direitos, de dívidas e ônus, e o maior valor médio de renda tributável e de dívidas e ônus. Nossa suposição é que, no primeiro caso, a progressão na renda pessoal é acompanhada por uma maior diversificação nos tipos de rendimentos, com aumento da proporção de rendimentos isentos e com tributação exclusiva. No segundo caso, é de supor que a faixa de 51 a 60 anos corresponda ao ápice da atividade profissional, que antecede a aposentadoria e a transferência de patrimônio para os dependentes.

Quando se estratificam os declarantes por faixa de renda, verifica-se que 43% se situam no teto de R$ 19.645,32, com 52% de rendimentos isentos e não tributáveis. Na última faixa – acima de R$ 49.051,80 – situam-se 17% dos declarantes, cujos rendimentos tributáveis correspondem a 66% do total de seus rendimentos. Quando examinamos essa estratificação por número de salários mínimos, deve-se realçar o fato de que 54% dos declarantes se situam na faixa até 3 salários mínimos, 77%, até 5 salários mínimos, e 91%, até 10 salários mínimos. A maior alíquota média corresponde à faixa entre 80 a 160 salários mínimos: 23,4%, muito próxima da encontrada para as faixas entre 40 a 80 salários mínimos e acima de 160 salários mínimos.

A faixa em que se situa a maior parte dos declarantes – de 3 a 5 salários mínimos (32%) – mas a que responde pelo maior volume de deduções é a seguinte – de 5 a 10 salários mínimos. Excluindo-se o desconto-padrão, utilizado nas declarações simplificadas (35% do total das deduções), os maiores valores de dedução são os relativos a contribuições previdenciárias (21%), despesas médicas (17%), dependentes (10%), despesas com instrução (pouco mais de 6%) e livro caixa (pouco menos de 6%). Destaca-se a relação entre despesas médicas (que não têm limites) e rendimentos tributáveis nas faixas entre 10 a 20 e 5 a 10 salários mínimos, respectivamente de 4,9% e 4,8%, o que sempre se constituiu em fator de discussão, pois revela que o benefício (renúncia fiscal) é mais relevante para as faixas médias e mais altas de remuneração.

2.100.823 dos declarantes (8%) se beneficiam com o recebimento de lucros/dividendos (inclusive sócios e titulares de microempresas). Para esse grupo de declarantes, os rendimentos isentos e os com tributação exclusiva representam 3,3 vezes os rendimentos tributáveis. Para esses contribuintes, o imposto devido representa apenas 3% do total de seus rendimentos, enquanto para o conjunto dos contribuintes esse percentual é de 5,4%, evidência flagrante de que o ônus incidente sobre os rendimentos do trabalho é muito maior do que o incidente sobre rendimentos de capital.

Num outro tipo de estratificação, por natureza da ocupação, verificou-se que as maiores relações entre base de cálculo (valor sobre o qual é aplicada a alíquota do IR) e rendimentos totais corresponde a membros e servidores públicos das administrações diretas e de servidores de autarquias e fundações municipais, federal e estaduais e do DF, o que faz supor que sejam categorias profissionais que se beneficiam menos das deduções e têm menores proporções de rendimentos isentos e com tributação exclusiva. Do mesmo modo, na relação entre imposto devido e base de cálculo, destacam-se membro ou servidor público da administração direta federal e empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista federal (excetuadas instituições financeiras).

No conjunto, as deduções representam 22,8% dos rendimentos tributáveis, e o imposto devido, 8,8%. O sistema de bases correntes – com o desconto do Imposto de Renda na fonte – é altamente benéfico para o Tesouro (sem falar nos atrasos nas restituições), pois o imposto a restituir é maior que o saldo a pagar. Isso se explica em boa parte, em virtude de algumas deduções não serem computadas no cálculo do imposto na fonte.

A composição dos rendimentos sujeitos à tributação exclusiva/definitiva revela que os principais são o 13º salário, os rendimentos de aplicações financeiras, o ganho de capital na alienação de bens ou direitos e a participação nos lucros ou resultados, com respectivamente 32%, 22%, 18% e 9%. Predominam, portanto, os rendimentos e ganhos de capital.

Entre os rendimentos isentos e não tributáveis, preponderam os lucros e dividendos recebidos pelo titular e dependentes, os rendimentos de sócio/titular de microempresa ou empresa de pequeno porte e transferências patrimoniais (heranças e doações), perfazendo, respectivamente, 37%, 9% e 8%, destacando-se, mais uma vez, remunerações do capital.

O conjunto das declarações de bens revela que o patrimônio imobiliário representa 39% dos valores totais declarados (e, como já foi mencionado, não atualizáveis nas declarações). De modo geral, se adicionarmos veículos (mais 8%), o restante está representado por aplicações nos mercados financeiro e de capitais.

No tocante às dívidas e ônus, pelo menos 51% são junto ao sistema financeiro. Há uma participação expressiva – 27% - especificamente junto a outras pessoas físicas.

E, por fim, a relação dos pagamentos e doações revela que 43% se destinam a planos de saúde e instrução.

Todas estas considerações são preliminares e parciais, mas ressaltam a importância da perenização desse fluxo de dados, de tanto interesse não só dos formuladores de políticas, como também de pesquisadores, estudiosos e demais interessados no conhecimento da realidade brasileira.

A legislação traduz, com muita nitidez, a própria distribuição de renda e da propriedade, reforçando-a em vez de atuar como um mecanismo de redução dessas desigualdades.

Em conclusão, pode-se dizer que a distribuição da carga tributária do Imposto de Renda no Brasil reflete com muita propriedade a estrutura da renda e do patrimônio de sua população, mas, por outro lado, a legislação traduz, com muita nitidez, a própria distribuição da renda e da propriedade, reforçando-a, em vez de atuar como um mecanismo de redução dessas desigualdades, de redistribuição, de promoção da justiça social. Por outro lado, não nos parece fazer sentido a ideia de que a correção das desigualdades pode ser feita apenas pela via dos dispêndios: não há por que "esperar" e se limitar às destinações de recursos orçamentários; o processo de seu redirecionamento pode e deve começar por meio do financiamento das ações do Estado, ou seja, pela forma como ele capta esses recursos – de onde os obtém – para efetuar as despesas que constituem o foco de seus objetivos e de suas funções essenciais.

ABERTURA COMERCIAL DO BRASIL - CUSTOS E BENEFÍCIOS

Por Embaixador José Botafogo Gonçalves[1]

Políticos, diplomatas, economistas, estamos todos em busca de um modelo de relacionamento internacional do Brasil com seus parceiros externos que estimule ou mesmo provoque um novo choque de crescimentos do PIB brasileiro com retorno a taxas históricas de 5% a 6% ao ano. Há muita controvérsia sobre as causas da recessão atual e, consequentemente, muito debate sobre qual deve ser a melhor terapia para por fim ao mal do não desenvolvimento.

Tendo em vista os clientes quantitativos e qualitativos deste texto, vou partir do pressuposto de que haja razoável consenso entre economistas de diversas tendências ideológicas de que, no campo internacional, mais comércio é melhor de que menos comércio desde que os benefícios gerados, em termos de renda e emprego da população brasileira, superem os riscos, infelizmente inevitáveis, decorrentes de qualquer grau de abertura da economia nacional à concorrência externa.

A partir desta premissa, cabe aos formuladores da política comercial brasileira, tradicionalmente a cargo do Itamaraty e dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, a tarefa de detalhar um plano de ação de acordos internacionais de comércio que potencializem os benefícios de abertura e controlem, em níveis politicamente aceitáveis, os riscos envolvidos, em particular no campo da indústria de transformação.

JOSÉ BOTAFOGO GONÇALVES

1. Vice-presidente emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), ex-ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo do Brasil (1998) e embaixador do Brasil na Argentina de 2002 a 2004.

Nos últimos doze anos, o governo brasileiro e seus sócios do Mercosul negociaram poucos acordos comerciais de livre comércio a despeito de uma retórica dita "ativa e altiva" de aprofundar as relações do Brasil com seus parceiros estratégicos do Sul subdesenvolvido. As estatísticas de comércio exterior indicam que, naquele período, o comércio exterior do país sofreu uma profunda transformação quantitativa e qualitativa nas relações bilaterais com a China até transformá-la no principal parceiro comercial do Brasil. Esta espetacular emergência chinesa teve caráter mundial e ocorreu em função de decisões estratégicas adotadas pelo Partido Comunista chinês e pouco tem a ver com as decisões, ou melhor, com a falta delas, da política comercial dos governos brasileiros ao longo do período mencionado.

É preciso recuperar o tempo perdido e aproveitar as condições internacionais hoje favoráveis ao retorno do País no campo das negociações comerciais em nível mundial.

É preciso recuperar o tempo perdido e aproveitar as condições internacionais hoje favoráveis ao retorno do país no campo das negociações comerciais em nível mundial. Pode parecer paradoxal, mas o baixo crescimento europeu e norte-americano, assim como a freada de arrumação da economia chinesa abriu caminho para a mobilização de recursos financeiros mundiais em busca de melhor rentabilidade e segurança. As instituições de aplicação de poupança mundial estão hoje forçadas a escolher mercados seguros, com taxas de juros negativas ou mercados rentáveis, mas de grande insegurança política e jurídica.

O Brasil e seus sócios do Mercosul, se fizerem desde já o seu dever de casa, poderiam habilitar a esses poupadores internacionais a escapar da triste alternativa em que estão hoje metidos.

Na prática, a política comercial brasileira tem que buscar responder, pela ordem, às três perguntas seguintes:

a) O que devo negociar? Quais temas devem fazer parte da agenda negociadora?

b) Com quem devo negociar? Para cada tema negociador, o interlocutor pode variar. Não importa se seja vizinho próximo ou parceiro distante, se desenvolvido, subdesenvolvido ou emergente, se está no Norte, no Sul, no Leste ou no Oeste;

c) Como negociar? Cabe aqui decidir se embarcamos em negociações bilaterais, regionais, multilaterais, sozinhos ou em grupo.

Não creio que haja precedente histórico na República Brasileira de elaboração de uma agenda negociadora a partir de um temário elaborado previamente, parte de um debate entre governos e representantes dos setores produtivos da agricultura, da indústria, dos serviços e da classe trabalhadora. Tampouco na elaboração da agenda negociadora o governo brasileiro examinou a conveniência de negociar junto com seus parceiros do Mercosul ou não. Ainda hoje, é comum ouvirmos a afirmação de que o Mercosul tem sido um obstáculo para que o Brasil viesse negociar acordos extra-bloco.

Pessoalmente, eu não conheço um só exemplo concreto que confirme esta frase. A única negociação importante em curso e pendente de decisão é entre o Mercosul e a União Europeia. Desde 2002 o governo brasileiro jogou todas as fichas no campo das negociações multilaterais da OMC. Assim sendo, nada mais cômodo do que atribuir à Argentina o fracasso das negociações com a Europa. Quando o Ministro Armando Monteiro, do Desenvolvimento, decidiu retomar a agenda de negociações comerciais internacionais, a oferta da Argentina à União Europeia acabou aparecendo como em um passe de mágica, como diria Bussunda: "fala sério"!

Aparentemente, o governo do Presidente Temer está disposto a retomar uma agenda propositiva no campo da negociação comercial. Sendo assim, para responder à primeira pergunta: comecemos pela agroindústria, onde o Brasil é competitivo, mas ainda tem um longo percurso a percorrer no campo de agregação de valor na cadeia exportadora de commodities agrícolas.

As forças do Brasil junto aos três países fundadores do Mercosul indicam claramente que, na agropecuária, o "Mercosul dos Quatro" deve construir um grupo negociador com dois objetivos prioritários: acesso ao mercado asiático dos produtos da indústria alimentícia - e não simplesmente das matérias-primas - e fixar padrões de sustentabilidade ambiental e segurança alimentar que garantam segurança jurídica aos investimentos que o Mercosul deverá fazer nesta área para garantir a expansão da oferta.

No campo da indústria de transformação é preciso criar um comitê bilateral Brasil-Argentina que, a partir da já existente complementaridade das duas economias, sobretudo no setor automobilístico, tome o papel mundial no setor de transporte urbano, indo muito além do enfoque atual que busca apenas equilibrar custos e benefícios entre as duas maiores economias da América do Sul. No campo dos serviços, a contiguidade geográfica e a herança cultural comum no domínio da língua, da multiplicidade étnica, dos valores de tolerância da cultura alterna, recomenda um amplo programa de conectividade virtual em toda a América Latina, a partir do núcleo central constituído pelos quatro países fundadores do Mercosul.

Mas é, finalmente, no domínio da infraestrutura energética, física e logística que uma negociação conjunta dos países do Cone Sul aparece como sendo um foro negociador de peso mundial inigualável, dadas as potencialidades gigantescas oferecidas nessa região onde quase tudo está ainda por ser feito.

Recursos energéticos renováveis e não renováveis, hidrovias, ferrovias, rodovias, aparelhamento de portos e aeroportos implicam investimentos de centenas de bilhões de dólares em curto, médio e longo prazo e serão mais atrativos na medida em que reflitam a realização de programas regionais consistentes e não competitivos, em vez de programas puramente nacionais onde, inevitavelmente, surgiriam duplicações em investimentos competitivos e não complementares.

Um programa abrangente da natureza do que acima proponho tem o efeito de ampliar uma sólida base de apoio político regional aos programas locais de abertura, amplificando os benefícios e reduzindo os valores dos custos da mesma abertura que, como sabemos, em geral são pagos nos primeiros momentos.

Artigo
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

POLÍTICA EXTERNA: REFLEXÕES SOBRE SEUS FUNDAMENTOS, PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Por Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

A política externa de um Estado é o conjunto de iniciativas e de reações de suas agências políticas, econômicas, militares e de inteligência em relação a outros Estados. Seu objetivo é promover e defender os interesses nacionais do Estado, tais como definidos pelo Governo do momento.

A ideia de política externa como "política de Estado" supõe que seria possível definir interesses nacionais permanentes, acima das visões e da orientação política dos diversos partidos e segmentos de uma sociedade. Mas na realidade, as diversas classes, setores, segmentos da sociedade têm visões distintas dos interesses nacionais brasileiros.

A política externa de um Estado, em um determinado momento, na medida em que ela necessariamente implica uma maior proximidade, cooperação e aliança formal ou informal, com determinados Estados, e de afastamento e oposição a outros Estados, se torna de interesse para os diferentes segmentos da sociedade deste Estado devido aos vínculos políticos ou econômicos ou ideológicos desses segmentos com outros Estados e sociedades.

Cada iniciativa ou reação de política externa torna-se um tema de debate político em cada sociedade. Ocorre, assim, uma disputa ideológica para formar a opinião pública em geral e a opinião das diversas elites no que diz respeito aos outros Estados e aos temas em disputa em cada momento.

Neste sentido, os órgãos de comunicação de massa passam a ter uma influência importante ao defender certas visões e interpretações do mundo e de eventos específicos e ao procurarem influir sobre as organizações sociais e sobre as agências do Estado no sentido de orientar a política externa em favor das posições e iniciativas de outros Estados, em especial quando as Grandes Potências estão envolvidas.

O grau de influência e eficácia das iniciativas e das reações da política externa de um Estado depende de seu Poder. Já o Poder de cada Estado decorre de sua população em termos de dimensões, características e grau de coesão; da diversidade e autonomia de seu sistema econômico; da autoestima de suas elites; de sua indústria de defesa e seu poder militar; de seu dinamismo tecnológico; de sua influência cultural e política nas sociedades dos demais Estados. Um objetivo central da política externa deve ser, portanto, aumentar o Poder do Estado e da sociedade brasileira.

SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (atual UFRJ) em 1963, ingressou no Itamaraty nesse mesmo ano. É mestre em economia pela Boston University (1969). Foi secretário-geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores, ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e Alto-Representante Geral do Mercosul. Atualmente, é professor do Instituto Rio Branco (IRBr/MRE).

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

A política exterior brasileira tem de se fundamentar nos princípios de soberania, de integridade territorial, de desenvolvimento econômico, social e político e se guiar pela Constituição que, em seu artigo 4, define os princípios da política externa e, entre eles, o objetivo de promover a integração latino-americana.

A política externa brasileira deve também reger-se pelos princípios da Carta das Nações Unidas, o mais solene e principal Tratado assinado pelo Brasil, expressos em seu Capítulo I.

Art. 4. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I – Independência nacional;
II – Prevalência dos direitos humanos;
III - Autodeterminação dos povos;
IV – Não-Intervenção;
V – Igualdade entre os Estados;
VI – Defesa da paz;
VII – Solução pacífica dos conflitos;
VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;
IX – Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
X – Concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando a formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Um dos principais objetivos do Brasil e de sua política externa é construir condições que sejam propícias ao seu desenvolvimento econômico, social e político.

PRINCÍPIOS DE ORIENTAÇÃO

Além dos princípios constitucionais e da Carta das Nações Unidas, a formulação e a execução da política externa do Brasil tem, de um lado, de considerar a localização geográfica do país, com seus doze Estados vizinhos, de fronteira ou de subcontinente; as extremas assimetrias entre o Brasil e cada um dos Estados vizinhos; a localização no Atlântico Sul em frente aos 23 Estados da África Ocidental; as extraordinárias dimensões territoriais, de população e econômicas do Brasil; suas disparidades internas de toda ordem; seus enormes recursos naturais e energéticos e, de outro lado, e simultaneamente, as circunstâncias de um mundo em que se verifica uma dinâmica contínua de grande concentração de poder econômico, político e midiático, com gigantescas empresas multinacionais, com políticas e normas internacionais de restrição à difusão do conhecimento tecnológico, com as Grandes Potências em crise econômica prolongada, com uma disputa, velada mas intensa, por hegemonia entre os Estados Unidos e a China, e crises e tensões políticas e militares.

A política externa brasileira deve se orientar também, com firmeza e coerência, pelos objetivos de cooperação com os países subdesenvolvidos, de integração da América do Sul, de luta pela desconcentração de poder em nível mundial e de promoção da multipolarização, de defesa do multilateralismo e contra o unilateralismo e arbítrio das Grandes Potências, de defesa da paz e do desarmamento dos Estados altamente armados, do direito dos países subdesenvolvidos ao desenvolvimento, de luta contra o aquecimento global, de desenvolvimento econômico, da luta contra a pobreza.

DIMENSÕES DO RELACIONAMENTO INTERNACIONAL

A política externa se desenvolve em múltiplos campos de forma específica, mas inter-relacionada em negociações onde ocorrem articulações e alianças entre Estados e podem se verificar concessões cruzadas entre negociações distintas.

No campo político, que inclui as discussões e negociações no Conselho de Segurança sobre crises e disputas prolongadas e na Assembleia Geral da ONU sobre mais de uma centena de temas os mais diversos; nos organismos multilaterais e regionais, como a OEA e a UNASUR; no âmbito das relações bilaterais com Estados de toda dimensão, vizinhos ou distantes.

No campo militar, em que se desenvolvem negociações para o apoio a intervenções militares das Grandes Potências e para a limitação da produção e do comércio de armamentos, desde aqueles de destruição em massa às armas convencionais, e as negociações e acordos bilaterais sobre a produção e transferência de tecnologia de armas, como o submarino nuclear, e a participação em operações de paz.

No campo econômico, que inclui as negociações sobre o comércio multilateral e bilateral que envolvem todo tipo de produtos (agrícolas e industriais) e serviços; o comércio e os investimentos estrangeiros no Brasil e brasileiros no exterior; sobre as normas econômicas no campo de investimentos, de propriedade intelectual, de solução de controvérsias; sobre integração econômica.

No campo ambiental, em negociações sobre o aquecimento global, sobre florestas, sobre desertificação, sobre a flora e a fauna de grande interesse para o Brasil como país megadiverso, com numerosos e distintos biomas,

com processos de desertificação, sobre novas tecnologias de geração de energia.

No campo dos direitos humanos, em delicadas relações e negociações que envolvem as migrações e os direitos humanos de comunidades de imigrantes e descendentes; as relações com outros Estados cujas sociedades tem visões distintas daquelas que prevalecem no Brasil como aquelas que, por exemplo, admitem a pena de morte e a aplicam, como os EUA, ou cujo direito penal permite as mutilações físicas, como a Arábia Saudita

Limitar a política externa de um país com interesses tão distintos e tão complexos como o Brasil às questões de comércio internacional ou mesmo às questões econômicas reflete uma apreciação simples e inexperiente da sociedade, do Estado brasileiro e do sistema mundial e estará fadada ao fracasso e a grandes decepções e prejuízos.

Toda a política brasileira deve estar sempre fundada nos princípios de não intervenção, de autodeterminação, de defesa da paz e de cooperação respeitosa, sem tentativas de ensinar a nenhum Estado, país ou sociedade como deve se organizar, política ou economicamente, nem permitir que outros Estados venham a procurar influir sobre a organização da sociedade e do Estado brasileiros.

DESAFIOS DIANTE DAS GRANDES POTÊNCIAS

No processo de formulação da política externa, a primeira compreensão é a de que o Brasil é um grande Estado periférico, com uma economia subdesenvolvida do ponto de vista de seu mercado interno, de sua estrutura produtiva, da exploração de seus recursos naturais e uma sociedade com extraordinárias disparidades. Por outro lado, sendo um dos cinco maiores Estados do mundo em dimensões territoriais e demográficas, uma das dez maiores economias, com grande potencial econômico e político, porém subdesenvolvido, o Brasil tem a possibilidade real de vir a ser uma grande potência no sistema mundial.

O Brasil tem a possibilidade real de vir a ser uma grande potência no sistema mundial.

As características e a situação radicalmente diferentes do Brasil em relação a várias das Grandes Potências e a resistência das Grandes Potências ao surgimento de novas Potências devido às mudanças que isto provoca inelutavelmente nas correlações de força em diversos temas e regiões fazem com que os interesses brasileiros não sejam necessariamente em sua essência, e em todas as situações, compatíveis com os interesses estratégicos fundamentais das Grandes Potências.

As Grandes Potências, em geral, têm uma visão da economia mundial baseada na ideia da divisão internacional do trabalho de acordo com as vantagens comparativas. Assim, segundo elas, os países altamente desenvolvidos devem ser fornecedores naturais de produtos industrializados e os países subdesenvolvidos da periferia devem ser os fornecedores de matérias primas agrícolas e minerais e importadores de produtos industriais. E ainda, consideram as Grandes Potências que todos os obstáculos ao comércio internacional (e aos fluxos financeiros) devem ser removidos para permitir o livre funcionamento das vantagens comparativas e a maior eficiência da economia mundial.

A evolução industrial e econômica do Japão, em condições em extremo adversas de solo e subsolo, em centenas de ilhas, na primeira metade do século XX, e a evolução desde 1979 da China, que se transformou de país exportador de matérias primas no maior produtor e exportador de produtos industriais mostram ser errônea a tese das vantagens comparativas.

As vantagens comparativas não são nem naturais nem fixas e sim artificiais e dinâmicas, em especial nos setores industrial e de serviços, podendo ser criadas e transformadas a partir das políticas que os Estados implementam para desenvolver suas economias.

As Grandes Potências têm uma visão oligárquica do sistema político/militar mundial. De acordo com esta visão oligárquica, teriam elas o direito, consagrado na Carta das Nações Unidas, de serem responsáveis pela segurança e pela paz internacionais como membros permanentes do Conselho de Segurança, estando, ademais, acima da lei e do direito internacional por terem elas o poder de evitar até mesmo a mera discussão dos temas de seu interesse no Conselho.

Além de poder determinar que Estados rompem a paz ou ameaçam a paz e autorizar sanções, inclusive armadas, e executar tais sanções, elas ocupam um papel central no sistema político/militar mundial. Os cinco membros permanentes, em especial o P3 (Estados Unidos, Grã Bretanha e França) têm procurado ampliar a competência do Conselho de Segurança para incluir outros temas, como possíveis ameaças à paz e não apenas as ameaças de natureza militar. As decisões do Conselho e Segurança têm de ser cumpridas por todos os Estados membros das Nações Unidas ainda que por elas afetados não tenham participado do processo político de sua adoção.

Daí, à medida em que se ampliam os interesses do Brasil nas mais distintas regiões do mundo, a importância vital da luta pela participação do Brasil no Conselho como membro permanente e da campanha pela sua candidatura e do apoio de outros Estados a ela, como já o declararam a França, a Grã-Bretanha, a Alemanha, a Rússia, a Índia, o Japão e dezenas de outros.

As Grandes Potências têm o direito de produzir e deter armas de destruição em massa, em especial as nucleares, direito que a si mesmas atribuíram através do Tratado de Não Proliferação Nuclear e de outros tratados, e a opinião pública e mesmo os demais Estados consideram legítimo que possam desenvolver e utilizar sem restrições as armas mais sofisticadas e letais como robôs, bombas de urânio degradado, e drones e os instrumentos de guerra cibernética, aspecto fundamental de qualquer modalidade de guerra do presente e do futuro. A dependência dos sistemas produtivos civis de computadores e servidores faz com que seja possível paralisar a economia de um país à distância a partir da "invasão" dos sistemas de computação e informação, públicos e privados.

Ao mesmo tempo em que se armam cada vez mais, em especial na área da cibernética, estas Potências exigem dos países da periferia, subdesenvolvidos e desarmados, a obrigação legal de renunciar à pesquisa, ao desenvolvimento e à produção, ainda que apenas de urânio enriquecido para fins civis, e a abdicar da posse de todo tipo de arma a partir da ideia de que os países subdesenvolvidos são, em realidade, a verdadeira ameaça à paz mundial.

As Grandes Potências procuram consagrar sua visão econômica e política do mundo e seus privilégios através de tratados internacionais, em cuja negociação se apresentam como uma frente unida diante dos demais países, em especial aqueles subdesenvolvidos e periféricos.

Por outro lado, consideram fundamental a participação dos países subdesenvolvidos nestes processos negociadores para conferir a estes tratados um status superior por "representarem" decisões da comunidade internacional e, por outro lado, porque sua participação neste processo negociador e sua aceitação das normas resultantes é fundamental devido às características das soberanias nacionais em termos de elaboração e execução das normas jurídicas em seus territórios.

Este ponto é fundamental: para que as normas desejadas pelas Grandes Potências e por elas promovidas e divulgadas possam ter vigência em um Estado qualquer, por menor que seja, é necessário que este Estado participe e aceite os resultados daquela negociação, isto é, as normas

inscritas naquele tratado. Portanto, a negociação destes tratados, que apesar de específica reflete a composição geral de interesses entre grupos de Estados, é fundamental para estruturar o quadro internacional em que os interesses de curto, médio e longo prazo do Brasil tem de ser defendidos e promovidos.

As alianças com outros Estados são indispensáveis para qualquer Estado, mesmo para os mais poderosos como os Estados Unidos, para enfrentar com probabilidade de êxito as diferentes disputas de ordem política, econômica e militar e para as negociações internacionais. Se estas alianças são importantes mesmo para os Estados mais poderosos são elas mais ainda para países subdesenvolvidos e menos poderosos política e militarmente como é o caso do Brasil e para a política externa brasileira.

Assim, apesar da diversidade de interesses que as próprias características do Brasil impõem como pais subdesenvolvido, de grande território e população, de grandes recursos naturais, de solo e subsolo, de grandes reservas de água, com grandes florestas e biomas, de megadiversidade, de desenvolvimento industrial significativo, de grande receptor de capitais, de ator indispensável em qualquer negociação internacional multilateral, é necessário compreender que o centro da política externa brasileira tem de ser a América do Sul; na América do Sul, o Mercosul; no Mercosul, a Argentina.

O desenvolvimento econômico e social de um país como o Brasil, que tem 83 % de sua população urbana; com uma agricultura que não emprega mão de obra em grande escala; com um setor de serviços subdesenvolvido; com grande necessidade de geração de empregos para absorver o crescimento da força de trabalho e os estoques de mão de obra subempregada, como são os 50 milhões de beneficiários do Bolsa Família, cujo rendimento mensal é inferior a 77 reais, isto é, a 20 dólares por mês, tem de ser baseado na industrialização, no setor industrial, base do desenvolvimento de todos os setores da economia.

A industrialização significativa necessita de economias de escala e, portanto, de mercados seguros.

Imaginar ser possível em um país com as características do Brasil construir uma economia e uma sociedade com base apenas na agricultura ou em serviços, em uma suposta era pós-industrial, é um absurdo técnico, político e social. A industrialização significativa necessita de economias de escala e, portanto, de mercados seguros que são os mercados regionais através de acordos que estimulem o desenvolvimento das empresas de capital nacional e atraiam empresas estrangeiras e da ação do Estado para construir a infraestrutura e complementar a iniciativa privada.

Este mercado na América do Sul é o Mercosul, que congrega mais de 80% do PIB da região, com sua tarifa externa comum, com seu mecanismo de redução de assimetrias, o FOCEM, que permitiu a maior revolução da economia paraguaia que foi a construção da linha de transmissão Itaipu-Assunção. Os países industrializados que desejam escapar de suas crises através do aumento de suas exportações desejam eliminar a tarifa externa do Mercosul para penetrar com seus produtos nas economias do Brasil e da Argentina.

Pelo fato de serem estes países altamente industrializados e suas empresas por definição mais competitivas, as possibilidades de desenvolvimento industrial das economias dos países do Mercosul, em especial da Argentina e do Brasil, seriam profundamente afetadas.

Os países da União Europeia, em troca da redução a zero das tarifas industriais do Mercosul e, portanto, do fim da tarifa externa comum, quotas de pequena importância (mas não para produtos importantes) para produtos agrícolas do Mercosul, em uma aplicação da teoria das vantagens comparativas, através de acordos de "livre" comércio.

Nestes acordos, de um lado, os países do Mercosul, em especial Brasil e Argentina, abririam totalmente seus mercados para os produtos industriais europeus, depois para os produtos dos demais países industrializados, muito mais competitivos e avançados tecnologicamente, mas também dariam assimétricas e falsamente reciprocas concessões em serviços, regras sobre investimentos e propriedade intelectual, compras governamentais, e , em troca, receberiam concessões, irrisórias, em produtos agrícolas.

RELAÇÕES DO BRASIL EM CADA MERCADO INTERNACIONAL

A possibilidade de atuação do Brasil em nível internacional depende em grande medida de sua capacidade de arregimentar aliados em especial entre países com características e desafios semelhantes, que são em geral os países subdesenvolvidos e periféricos, a começar pelos países de sua região, a América do Sul, mas também com os países da América Central e do Caribe. Assim, na América do Sul devem ser mantidas, no interesse político e econômico do Brasil, relações de cooperação e de respeito com governos tão distintos

O eventual acordo Mercosul- União Europeia seria, em realidade, o primeiro de uma série de acordos de livre comércio que seriam reivindicados pelos Estados Unidos, a China e o Japão.

quanto os da Colômbia, do Peru, do Chile, da Venezuela, da Argentina, do Uruguai, do Paraguai etc.

As razões para a necessidade de manter relações de respeito e de não intervenção, além de facilitar a formação de alianças para negociações internacionais e participação nos foros multilaterais e regionais, como a OEA, a CELAC e a UNASUL, se encontram na existência de fronteiras extensas do Brasil com vários destes países; de populações brasileiras significativas em certos países vizinhos; de interligação energética, como Itaipu e o gasoduto Brasil-Bolívia; de compartilhamento da bacia hidrográfica e da floresta amazônica; do compartilhamento da bacia do Rio da Prata e do Aquífero Guarani. E, finalmente, pela importância estratégica do comércio bilateral e das relações de investimento com estes países.

COMÉRCIO DO BRASIL

Com países desenvolvidos e a China: comércio de exportação de produtos primários e de importação de produtos industriais.
Com os países da América do Sul: exportação principalmente de produtos industriais e importação principalmente de produtos primários.

Por outro lado, os investimentos de empresas brasileiras em países da América do Sul vêm se expandindo de forma significativa assim como os investimentos de empresas desses países no Brasil. Com nossos vizinhos, o Brasil tem grandes superávits comerciais.

Na África, se encontram 54 Estados, cerca de um terço dos Estados membros das Nações Unidas, cuja população deverá atingir mais de um bilhão de habitantes nos próximos anos. As perspectivas econômicas para África são em geral otimistas em termos de comércio e de investimentos e tanto os Estados Unidos como a China procuram ativamente desenvolver mecanismos de cooperação com os países africanos.

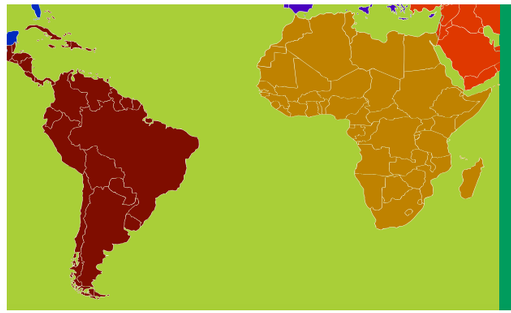
Os laços do Brasil com os países da África Ocidental, que são 23, em termos de transporte, investimento, comércio, defesa na medida em que a África se tornar uma região em acelerada expansão poderão se tornar muito fortes e os interesses econômicos e políticos do Brasil na África Ocidental serão muito mais densos.

Em comparação com outros Estados, em suas relações com os países da África Ocidental, o Brasil apresenta vantagens. O Brasil não foi uma potência colonial e foi, como os africanos, uma colônia europeia. Nossa nação tem desafios semelhantes aos que tem os países da África nas áreas de saúde, educação, agricultura, segurança alimentar, periferias urbanas, florestas tropicais. O Brasil é um país com raízes africanas, com metade de sua população que se declara negra, sem discriminação racial legal e com políticas de promoção de igualdade racial. Os países africanos veem o Brasil como um país subdesenvolvido que está disposto a compartilhar os resultados de seu progresso tecnológico, sem impor condicionalidades políticas ou econômicas. O Brasil compartilha com a África o Atlântico Sul de forma pacífica, sem pretensões de domínio militar. Finalmente, o Brasil não está envolvido na política africana e se encontra assim equidistante em todas as disputas entre eles. Na área política, há necessário interesse brasileiro de cooperar em questões relativas à segurança do Atlântico Sul, em negociações sobre meio ambiente, florestas e mega-diversidade, sobre comércio na OMC e outros foros e sobre a reforma do Conselho de Segurança.

Nesse processo de expansão dos interesses brasileiros na África, é necessário acima de tudo uma política firme de respeito aos princípios de autodeterminação, de não intervenção e de não ingerência nos processos políticos internos desses países. Assim, julgar que os esforços de aproximação com os países africanos, que remontam às épocas de Jânio Quadros, de João Goulart, de Costa e Silva, de Ernesto Geisel e de José Sarney, com o objetivo de diversificar exportações industriais (e para tal necessariamente entreter boas relações políticas), são fúteis ou ideológicos revela profundo desconhecimento da realidade mundial e dos interesses brasileiros.

O Brasil se encontra na área tradicional de influência dos Estados Unidos, que assim a definiu unilateralmente desde Monroe, sobre a qual os EUA acreditam ter uma posição privilegiada e a qual procuram "alinhar" politicamente através de acordos bilaterais e regionais como a OEA e absorver economicamente através de acordos de livre comércio que, em realidade, são acordos de integração dos países da América Latina na economia americana através da internalização de normas de política econômica que, de fato, impedem a execução de políticas de desenvolvimento econômico e de fortalecimento do capital nacional.

Com os Estados Unidos, maior potência mundial sob todos os ângulos, e país com quem o Brasil tem as mais importantes relações comerciais, de investimento, de tecnologia e culturais deve ser exercida uma política de cooperação, como foram exemplos o caso do etanol; de respeito mútuo pela divergência, como no âmbito da Rodada de Doha, e de divergência, sempre que necessária, como ocorreu no episódio da ALCA e da política americana no Oriente Próximo. As relações do Brasil com os Estados Unidos se revestem assim de grande delicadeza, já que seus interesses e seus objetivos estratégicos na América do Sul não são necessariamente coincidentes com os brasileiros, e se constituem em desafio importante para nossa política externa.



A identidade cultural e étnica une o Brasil aos povos africanos da costa ocidental.

A política externa brasileira deve dedicar grande atenção à Europa e na Europa à União Europeia, um dos polos de um sistema mundial multipolar. Com a Europa, o grau de cooperação que foi possível alcançar pode ser comprovado pelo extenso e diversificado comércio e os investimentos europeus no Brasil, pela cooperação em muitas negociações econômicas internacionais; pelo acordo de parceria estratégica com a União Europeia, tipo de acordo que a União Europeia tem com pouquíssimos países, tais como os Estados Unidos e a China; pelo programa de construção e transferência de tecnologia do submarino nuclear com a França; pela aquisição, construção e transferência dos aviões de combate Grippen com a Suécia; pela participação do Brasil no G4, com a Alemanha, o Japão e a Índia, para promover a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para democratizá-lo e torná-lo atual.

As relações com a China, a grande Potência emergente, são de especial importância como demonstra o fato de a China se ter tornado o principal parceiro comercial do Brasil, com crescentes investimentos no país; dos acordos celebrados, prevendo operações de valor superior a 54 bilhões de dólares; da participação, política e econômica, do Brasil, nos BRICS, no Banco dos BRICS, no Acordo de Reservas e no Banco Asiático de Infraestrutura; pela competição chinesa com o Brasil nos mercados da América do Sul e por sua posição como importante parceiro econômico destes países.

A luta pela reforma da Organização das Nações Unidas, em especial para ampliar e democratizar de seu Conselho de Segurança, em companhia da Índia, do Japão e da Alemanha; o apoio de dezenas de Estados à candidatura do Brasil a membro permanente do Conselho; a ativa e protagonista participação do Brasil nas conferências mundiais de natureza social e econômica; a luta pela reforma dos organismos financeiros internacionais e a participação no G20 financeiro; a criação do Conselho de Direitos Humanos e a luta contra a utilização seletiva e política desses direitos; a participação como membro não permanente em um número de vezes maior do que qualquer outro Estado no Conselho de Segurança, sempre em defesa da paz e da segurança, demonstram a credibilidade e o respeito conquistados pela política externa brasileira.

No Oriente Próximo, o Brasil procurou se aproximar dos países da região através das reuniões entre a América do Sul e países árabes, com excelentes resultados políticos e econômicos para todos os Estados que delas participaram. Ao mesmo tempo, o Brasil reconheceu a Autoridade Palestina como Estado, condenou os ataques a Gaza e os atentados terroristas, de qualquer procedência em qualquer lugar, e manteve sua posição de defender a existência de dois Estados independentes na Palestina e sua oposição ao processo de anexação de gradual e pela força de territórios palestinos por Israel. A iniciativa exitosa do Brasil e da Turquia de negociação de acordo nuclear com o Irã mostrou a capacidade da política externa brasileira de conseguir soluções onde outros Estados, tão mais poderosos, haviam fracassado durante tanto tempo.

Estas reflexões não pretendem nem poderiam abarcar toda a complexidade dos desafios da construção de uma sociedade desenvolvida, democrática, justa e soberana. Porém, talvez possam contribuir para mostrar que, como disse Tom Jobim, o Brasil não é para principiantes, assim como a política internacional e a política externa de um País como o Brasil.

SINCE: APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA COFECON/CORECONS

Por Manoel Castanho

Entre 31 de agosto e 02 de setembro a cidade de Natal recebe o XXV Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (Since) e, a exemplo do que ocorreu em edições anteriores, haverá um grupo de trabalho exclusivo para discussão do aperfeiçoamento do Sistema Cofecon/Corecons – no jargão do evento, o GT2

Diversos temas são sugeridos pelos Conselhos Regionais de Economia e passam pelo GT2 a cada evento. Alguns deles trazem novidades, enquanto outros representam uma melhoria daquilo que já existe e ainda outros formulam variações de ideias anteriores. Neste ano, quase todas as propostas para debate neste grupo de trabalho foram enviadas por Corecons de estados do Nordeste, embora também haja ideias trazidas por economistas de outras partes do Brasil. Cada uma delas será apresentada no evento e votada pelos delegados inscritos no GT2.

De acordo com o regimento do Simpósio, as propostas apresentadas pelos Conselhos Regionais de Economia serão discutidas e votadas no grupo de trabalho. Aquelas que forem aprovadas e as que obtiverem um mínimo de um quarto dos votos do grupo serão levadas para a plenária final do evento a fim de serem votadas por todos os delegados. Algumas delas são derrotadas já no respectivo GT e não avançam; outras, mesmo tendo sido derrotadas, alcançam mais de 25% dos votos dos delegados participantes do respectivo grupo e são levadas a votação na plenária do evento; e o mesmo ocorre com as propostas vencedoras.

Propostas apresentadas pelos Conselhos Regionais de Economia serão discutidas e votadas nos grupos de trabalho.

Um dos assuntos abordados é a composição do plenário do Cofecon, que atualmente é de 18 conselheiros efetivos e 18 suplentes. A discussão em si não é nova, embora alguns elementos trazidos ao debate possam sê-lo. Havendo 18 vagas no plenário, nem todos os 26 Conselhos Regionais de Economia conseguem um assento efetivo – em alguns casos, até mesmo uma vaga de suplente é difícil de ser alcançada. Um grupo de trabalho criado no âmbito do Cofecon analisou duas propostas: a ampliação do número de vagas para 21, reduzindo o tempo de espera dos conselhos menores por uma vaga; ou a manutenção do número de conselheiros, mas com representação de todos os Corecons com, no mínimo, uma vaga de conselheiro suplente. Além disso, foi sugerido que a cada plenária sejam convocados dois conselheiros suplentes para participar com direito a voz. O assunto foi abordado na 670ª Sessão Plenária, realizada nos dias 8 e 9 de abril, e o presidente Júlio Miragaya afirmou que estas propostas serão encaminhadas para o Since.

Outra proposta que será debatida no grupo de trabalho é o tempo de mandatos presidenciais no sistema Cofecon/Corecons. A Lei 6.537/78 estabeleceu a duração de um ano, mas vários economistas consideram este período insuficiente e há propostas em debate a fim de ampliar os mandatos para dois anos – mas a principal dificuldade é que esta mudança necessariamente requer a alteração do texto legal, uma vez que o Cofecon não pode ir contra as leis que o regulam. E a modificação da lei não é fácil de fazer – prova disso é que o Projeto de Lei do Senado 658/07, que atualiza a legislação profissional do economista e é a matéria mais importante de interesse da categoria a tramitar no Congresso Nacional, encontra-se desde 2007 no Senado.

Há propostas em debate a fim de ampliar os mandatos para dois anos.

O aperfeiçoamento do manual de fiscalização do Sistema Cofecon/Corecons, proposto pelo Corecon-DF, toca num tema que também esteve bastante presente em edições anteriores do Since e que vem sendo aperfeiçoado aos poucos. Em 2012, por exemplo, o economista Volmir Meneguzzo, então presidente do Corecon-MS defendeu uma proposta para reorganizar a fiscalização profissional no sistema Cofecon/Corecons, com apoio permanente do Conselho Federal de Economia aos Regionais considerados pequenos ou que tenham dificuldade na manutenção deste serviço. Na ocasião, a proposta foi aprovada por unanimidade no grupo de trabalho. A mais recente revisão do manual de fiscalização ocorreu em 2015.

Outras discussões que passarão pelo evento realizado em Natal têm a ver com o uso de cartões para o pagamento e parcelamento nos programas de recuperação de créditos. Este é um exemplo de assunto que vem sendo aperfeiçoado aos poucos. Em 2012, o então presidente do Corecon-PE, Fernando Aquino, defendeu uma modernização no pagamento de anuidades, elevando o número de parcelas, iniciando a cobrança mais tarde e o uso do cartão de crédito para pagamentos de anuidades. As propostas foram aprovadas, embora alguns aspectos da implementação tenham esbarrado em questões legais. O Cofecon editou a resolução 1.909, abrindo a possibilidade do uso do cartão de crédito e de débito de acordo com a legislação vigente.

Em 2014 o Corecon-PE insistiu na modernização das cobranças, destacando a possibilidade de protestar em cartório as certidões de dívida ativa e solicitando que o Cofecon normatizasse esta questão, bem como apoiando os Corecons por meio de sua assessoria jurídica. A normatização foi realizada por meio da resolução 1.924, em janeiro de 2015, para que os protestos pudessem ser realizados nos termos da Lei 9.492/97.

Num dos temas que traz mais novidades para discussão, dois Conselhos Regionais atuantes na área de economia solidária – dos estados do Amazonas e do Piauí – apresentam ideias na área de responsabilidade social como forma de valorizar o papel do Sistema Cofecon/Corecons na sociedade. As propostas vêm em linha com a criação, neste ano, do Grupo de Trabalho de Responsabilidade Social da entidade, coordenado pela conselheira federal Denise Kassama.

EDIÇÕES ANTERIORES

Uma vez que as ideias são aprovadas no Simpósio, cabe ao Cofecon tomar as medidas para implementá-las. Em edições anteriores do evento, há vários exemplos de como são implementadas – ainda que por caminhos diferentes. A atuação em torno do Projeto de Lei 658/07 foi objeto de deliberação no Since de 2010. A intenção, no momento, era a retirada do PLS porque sua redação, naquele momento, foi considerada prejudicial às atividades do economista e por não haver acordo entre os economistas quanto a algumas questões abordadas. Foi sugerido que um novo projeto partisse do Cofecon, ouvindo outras entidades de economistas, como sindicatos e a própria academia. Enquanto isso, naquele momento o PLS tramitava na Comissão de Educação do Senado Federal, por requerimento do senador Cristovam Buarque.

Embora não tenha havido a retirada do PLS, o Cofecon trabalhou para recolher as sugestões das entidades. Um momento especialmente marcante deste processo foi a primeira sessão plenária do ano de 2013, sob a presidência do economista Ermes Tadeu Zapelini e com a presença dos presidentes de Corecons. Zapelini conclamou os economistas a trabalharem em favor daquilo que une a categoria e que é visto como a questão mais urgente: a definição das prerrogativas profissionais. Ao final da plenária, os participantes assinaram um documento comprometendo-se a atuar junto às lideranças políticas e parlamentares naquilo que unifica a categoria.

"De todos os momentos que eu vivi no Conselho Federal de Economia, aquele foi o mais importante. Com este apelo, com esta solicitação e inclusive com o alerta de que nunca chegaríamos a lugar nenhum se não nos uníssemos num ponto tão importante como este, que está acima das outras diferenças", expressa Zapelini. "Há uma natural diferença de modos de agir e pensar das pessoas. Ainda mais num colegiado com as mais variadas tendências ideológicas. Mas a despeito disso, conseguimos comunicar que nós tínhamos um objetivo básico comum, que é dar um suporte maior às atividades do economista sob o ponto de vista legal. A nossa legislação deixa muito a desejar porque não dá as especificidades necessárias". Atualmente o PLS 658/07 encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

INOVAÇÃO E BOAS PRÁTICAS

O Corecon-PI apresentará neste ano a proposta do projeto Inova Corecons, com uma ferramenta virtual de gestão de ideias e ações exitosas, favorecendo o crescimento equilibrado do Sistema como um todo. Com o banco de ideias e ações, o Cofecon poderá eleger anualmente uma ação e premiá-la em seus eventos máximos – o Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia e o Congresso Brasileiro de Economia. A premiação de boas práticas não é uma questão nova: em 2010, foi aprovada por unanimidade no evento realizado em Brasília. O assunto foi levado em conta no ano seguinte, quando elaborou-se o Planejamento Estratégico do Conselho Federal de Economia.

"Existe uma dificuldade, que é o fato de todos quererem mudanças e inovações desde que não se mexa na zona de conforto", argumenta o coordenador da Comissão de Planejamento Estratégico do Cofecon, conselheiro Paulo Salvatore Ponzini. "O que tenho visto é que há muitos exemplos de boas práticas dentro do Sistema, mas que muitas vezes ficam restritas ao Conselho Regional que fez isso. Temos que disseminar estas práticas e transferi-las para os demais Corecons. Participarei do GT2 em Natal e quero abordar esta questão durante o evento", comenta. Ponzini defende ainda que a Comissão de Planejamento Estratégico do Cofecon seja composta por todos os demais coordenadores de comissões. Afinal, as questões que buscam cumprir os objetivos do planejamento estratégico passam por todas as atividades da autarquia e de suas comissões.

"O planejamento estratégico não anda sozinho, é preciso fazê-lo andar", afirma Ponzini. E uma das formas de fazer com que o Conselho Federal de Economia atinja seus objetivos estratégicos é por meio do constante aprimoramento, da inovação, da busca por alternativas e do saber deixar para trás paradigmas ultrapassados. E estes são os objetivos buscados pelo GT2 ao discutir o aperfeiçoamento do Sistema Cofecon/Corecons. Afinal, nas palavras de um antigo diretor-executivo da Disney, a busca pela excelência começa todos os dias. E não termina nunca.

SINCE2016
XXV Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia
De 31/08 a 03/09/2016 - Ponta Negra - Natal/RN

DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM DEBATE

Por Júlio Poloni

A Constituição de 1988 aponta a redução das desigualdades regionais como um objetivo fundamental do Estado brasileiro. Se, por um lado, a peculiar diversidade de climas, solos e atividades econômicas do País potencializa essa estratégia, por outro suas dimensões continentais impõem desafios ao desenvolvimento uniforme da Economia e à desconcentração das atividades produtivas, dos recursos e da geração de riqueza.

Neste ano, o Sistema Cofecon/Corecons organizou encontros regionais de economistas para aprofundar o debate sobre o tema. Os eventos tiveram a participação de centenas de profissionais e estudantes de todo o País, que se reuniram em busca de caminhos para um amplo e democrático desenvolvimento do Brasil.

A 10ª edição do Encontro de Entidades de Economia da Amazônia (ENAM) abriu a temporada dos eventos, em Manaus, entre os dias 19 e 21 de maio, para discutir "O Contexto de crise nas economias amazônicas: oportunidade e desafios para os economistas". O objetivo foi fortalecer a classe e conscientizar os futuros economistas sobre o papel atuante do profissional da área, que deve sempre estar em busca da compreensão do cenário e das melhores decisões para modelá-lo de forma justa e equânime.

O X ENAM, que contou com a participação de mais de 200 profissionais e estudantes, debateu ainda as questões fronteiriças e os desafios para o desenvolvimento integrado das economias estaduais. "O Encontro foi uma grande oportunidade para os economistas discutirem amplamente as dificuldades e as potencialidades da Amazônia. Ao longo dos debates ficou evidente que a questão da Sustentabilidade é uma diretriz imprescindível para o desenvolvimento da região", salientou o conselheiro federal Eduardo Monteiro da Costa.

Em junho, de 15 a 17, foi a vez dos economistas do Nordeste debaterem a conjuntura da Região. Reunidos em Parnaíba, no norte do Piauí, cerca de 250 profissionais e estudantes se reuniram em torno do tema "O protagonismo do Nordeste para o desenvolvimento do Brasil no século XXI: diagnósticos, iniciativas e estratégias para o futuro".

A crise econômica, a questão dos investimentos, da regulação e dos incentivos ao desenvolvimento regional e o papel das pequenas empresas nesse contexto tiveram destaque especial na programação **do 28º Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste (ENE)**. Ao final do evento, os economistas dos Conselhos Regionais de Economia (Corecons) da Região redigiram a Carta de Parnaíba, documento que expressa as principais conclusões a que se chegou após os debates temáticos.

A Carta indica oito alternativas para a superação das adversidades nordestinas, entre elas estão: articular a atuação das instituições voltadas ao desenvolvimento da região; privilegiar projetos de grande potencial de geração de empregos; investir no turismo e na Educação, não só quantitativa, mas qualitativamente, promovendo programas de incentivos à melhoria do desempenho escolar. "Exigimos uma política de superação das desigualdades regionais, tanto como parte do pacto federativo quanto como forma de minimizar as desigualdades de oportunidade,

imperativo a qualquer Estado comprometido com o bem-estar dos seus cidadãos", pede o documento.

O desenvolvimento da Região Sul foi abordado ao longo do Encontro de Economistas da Região Sul (Enesul), que está em sua 21ª edição. O evento, realizado em Florianópolis, de 4 a 6 de agosto, teve uma novidade neste ano: o debate sobre a integração dos países do Cone Sul, que engloba Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. A partir de agora, a intenção é que a discussão ocorra anualmente.

Considerando a conjuntura econômica internacional, com relevantes reflexos no Brasil e nos demais países da América Latina, o XXI Enesul e I Econesul voltaram o olhar para os desafios de toda a região sob o tema central "Aspectos Macroeconômicos das Economias do Cone Sul". Os economistas analisaram a evolução histórica do relacionamento econômico entre os países do Cone Sul e o Brasil, seus pressupostos básicos, os rumos atuais e as perspectivas para a Indústria da região, além da política econômica adotada pelos governos diante dos cenários nacional e internacional.

Encerrando a temporada dos Encontros, a capital capixaba, Vitória, recebeu o VI Encontro Regional de Economia do Sudeste, que reuniu, entre 11 e 12 de agosto, pesquisadores, empresários e profissionais de diferentes áreas para debater propostas para a superação da crise econômica brasileira. "Discutimos uma agenda propositiva, que se preocupa em apontar soluções para o nosso País. Existem reformas que precisamos fazer, espaços que precisamos ocupar no cenário internacional. Temos que ser competitivos", avaliou o presidente do Conselho Regional do Espírito Santo (Corecon-ES), Eduardo Reis Araújo.

O evento enfatizou discussões sobre temas que estão em destaque no debate econômico atualmente, como a reforma da Previdência Social, o endividamento público e o processo de financeirização da Economia. O fenômeno da desindustrialização, bem como a importância, os rumos e as demandas da Indústria também foram amplamente abordados. "A atividade industrial tem um grande peso na Economia do Brasil e, sobretudo, do Sudeste. Discutir a sustentabilidade da Indústria no momento de crise é discutir a saúde da Economia da nossa Região", observa Eduardo.

Encontros promovidos pelo Sistema Cofecon/ Corecons colocaram o desenvolvimento regional em debate entre economistas mais renomados do País.

Os Encontros promovidos pelo Sistema Cofecon/Corecons colocaram o desenvolvimento regional em debate entre economistas dos mais renomados do País, justamente em um momento no qual se verifica queda da atividade econômica e do nível de emprego - mais de 500 mil vagas formais fechadas no primeiro semestre de 2016, conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Segundo o conselheiro federal, coordenador da Comissão de Desenvolvimento Regional do Cofecon e presidente do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos (Imesc), Felipe de Holanda, o desenvolvimento regional continua sendo uma diretriz eficaz e necessária. "Apesar de o Brasil ter avançado nas últimas décadas, com uma melhora substancial nos indicadores sociais, a disparidade de renda entre as regiões mais ricas e as mais pobres continua sendo uma realidade. Ainda temos grandes ilhas de pobreza, um sinal claro de que as políticas de distribuição não estão alcançando seus objetivos. A aplicação desses recursos é feita de maneira desvinculada de uma estratégia de integração do ponto de vista produtivo. É um erro de gestão. Uma região não pode se desenvolver sem o adensamento de suas cadeias produtivas", defende o economista.

É fundamental que as disparidades de renda e riqueza sejam combatidas sob a diretriz do desenvolvimento socioeconômico e não do mero crescimento da Economia.

Paulo Roberto Haddad, ex-ministro da Fazenda (1992-1993) e especialista no assunto, ressalta a necessidade de uma mudança de foco nas políticas públicas. Para ele, é fundamental que as disparidades de renda e riqueza sejam combatidas sob a diretriz do desenvolvimento socioeconômico e não do mero crescimento da Economia, **pois é isso que define, na prática, a qualidade de vida da população.** "As políticas de desenvolvimento regional precisam ser reinventadas no Brasil. Os principais analistas da área destacam enfaticamente que uma concepção adequada de desenvolvimento da região deve conter, como elemento essencial, um crescente processo de inclusão social", destaca o professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que completa com uma analogia: "Uma das lições do Budismo é a de que nada é mais democrático do que o Sol, pois quando se levanta ilumina igualmente todas as regiões".

Série Mercado de Trabalho

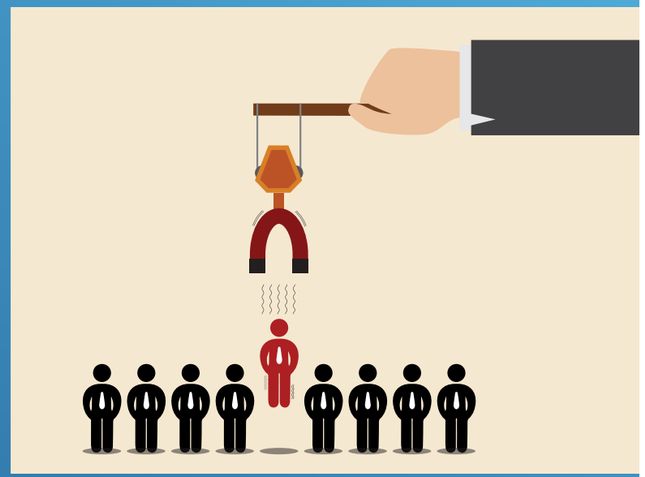
NOVAS OPORTUNIDADES PARA ECONOMISTAS NO MERCADO DE TRABALHO (I)

Por Natália Kenupp

A crise econômica tem exigido dos profissionais uma maior adaptação ao mercado de trabalho, diversificando as possibilidades de atuação para garantir empregabilidade. Para os economistas, novas áreas têm despontado com grandes oportunidades de carreira, como na área de perícia, mediação e arbitragem, que até pouco tempo (1995) eram dominadas por contabilistas.

Tanto a perícia como a mediação e arbitragem contribuem para a solução de conflitos no meio jurídico. O economista atuando como perito é responsável por elaborar um trabalho técnico-científico para analisar as possíveis causas que deram origem às questões econômico-financeiras. O profissional pode atuar como perito do juízo ou assistente técnico de uma das partes. Já a mediação e arbitragem funcionam como uma alternativa ao Jurídico para negociação entre as partes em casos como o de disputa patrimonial e dissolução de sociedade. O economista pode ser tanto o mediador quanto o árbitro. Caso advogados sejam responsáveis pela mediação e arbitragem, ainda haverá espaço para um perito economista, que os auxiliará com as informações técnicas.

Em abril, o Conselho Federal de Economia iniciou o projeto de criação do Cadastro Nacional de Peritos de Economia e Finanças (CNPEF), em que será elaborada uma lista de profissionais qualificados para atuar nessas áreas. Com o CNPEF, a prestação do serviço ganha transparência e o mercado fica mais acessível aos peritos devidamente cadastrados, o que representa um grande benefício aos profissionais registrados no Sistema Cofecon/Corecons. Os economistas que estão em situação de regularidade poderão se cadastrar no CNPEF por meio dos portais dos Conselhos Regionais de Economia.



O Novo Código de Processo Civil tende a ampliar o mercado da perícia e dar mais oportunidades de atuação, possibilitando, inclusive, o cadastro pela internet. Atualmente, os economistas que têm interesse em atuar em perito de juízo podem se habilitar nas Varas dos tribunais de Justiça ou contatarem escritórios de advocacia para atuarem como Assistentes Técnicos. Segundo o vice-presidente do Conselho Regional de São Paulo, Francisco Prisco Neto, cada vez mais os juízes buscam o auxílio de peritos para resolver questões processuais que envolvem informações técnicas. "Com o Novo Código, a definição ficou mais clara. Até pouco tempo atrás era restrita, atualmente temos perícia na área ambiental, médica, enfim, aumentou para outras atividades. Por uso do hábito, as nomeações utilizavam o termo perícia contábil, mas após trabalhos desenvolvidos pelos Conselhos junto ao Judiciário, começaram a chamar profissionais ligados a outras áreas de acordo com a demanda processual", explica. Prisco revela que a maior participação dos economistas se deve às reivindicações por partes dos conselhos profissionais e aos bons trabalhos realizados pelos profissionais demandados. Em 2004, o Corecon-SP contratou um parecer do jurista Cândido Rangel Dinamarco, que delimitou as áreas a serem periciadas por economistas, o que, segundo Prisco, aumentou a demanda por profissionais nessa área.

Com o CNPEF, a prestação do serviço ganha transparência e o mercado fica mais acessível aos peritos devidamente cadastrados.

Vários estados organizam cursos de extensão para ajudar os economistas a ter uma formação mais específica, o que auxilia a credenciá-lo como perito, mas não é obrigatório. "O que nos diferencia é que temos o comprometimento de todos os Conselhos de Economia para oferecermos uma grande grade de cursos de formação. Temos que estar cada vez mais especializados na área, demonstrando que os economistas são os melhores profissionais, os mais bem preparados", defende a presidente do Conselho Regional de Economia do Rio Grande do Sul (Corecon-RS), Simone Magalhães.

O mercado de trabalho só tem aumentado nessa área, já que é crescente o número de demandas, de novos escritórios e de processos que exigem perícia ou assistência técnica. "Atualmente há cerca de 100 milhões de processos judiciais em tramitação no Brasil, envolvendo questões tributárias, operações de crédito, avaliações patrimoniais, enfim, vários assuntos correspondentes à área de formação do economista", explica Pedro Afonso Gomes, presidente do Sindicato dos Economistas de São Paulo, membro da Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar do Cofecon, e do Grupo de Trabalho Perícia Econômico-Financeira da autarquia.

O economista Sérgio Guimarães Hardy, ex-presidente do Conselho Regional de Economia do Paraná (Corecon-PR) e membro do grupo de trabalho Perícia Econômico-Financeira, trabalha há mais de 20 anos com perícia e assistência técnica. "Há alguns anos os contadores tentaram bloquear a atuação dos economistas, afirmando que não tínhamos capacidade legal para fazer o trabalho e que não estávamos regulamentados. A atuação dos economistas cresceu e a classe conquistou diversos ganhos na Justiça, provando que o trabalho era pertinente à nossa profissão", declarou. Para Simone Magalhães, o economista possui um diferencial em relação às outras profissões. "Nós temos um olhar macroeconômico, portanto conseguimos trazer mais elementos para o processo em função da nossa formação do que outros profissionais da área", observa.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Como economista, também é possível trabalhar auxiliando cooperativas e empreendimentos econômicos solidários e transformando realidades. A atividade de economia solidária entre os economistas foi regulamentada pela Resolução do Cofecon nº 1.936/2015 e pode ser definida, pelo Fórum Economia Solidária, em três dimensões: economicamente, onde todos os integrantes do empreendimento são, ao mesmo tempo, donos e trabalhadores; culturalmente, ao incentivar o consumo de produtos locais, saudáveis, que não afetem o ambiente e nem beneficiem grandes empresas; e politicamente, pois luta pela mudança social em que o desenvolvimento seja construído pela população a partir de valores como solidariedade, democracia, cooperação, preservação ambiental e direitos humanos.

A Economia Solidária é praticada por milhões de trabalhadores de todos os extratos sociais, inclusive

a população mais excluída e vulnerável, que se organizam de forma coletiva para gerir um negócio. A partir dela, as economias locais são dinamizadas e há garantia de trabalho e renda para as famílias. Entre os projetos desenvolvidos em todo o Brasil, estão instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, e cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis.

As economias locais são dinamizadas e há garantia de trabalho e renda para as famílias.

Segundo a economista e conselheira federal Denise Kassama, na atual conjuntura econômica, que apresenta altas taxas de desemprego, a economia solidária é uma forma real de geração de renda e, consequentemente, de inclusão social. A economista Marcela Vieira trabalha há seis anos com economia solidária. Depois de 12 anos dedicada a uma multinacional em Manaus, percebeu que seria um bom negócio apoiar o desenvolvimento de empreendimentos sociais. "Fui convidada por um colega a colaborar com sua monografia sobre um grupo de mulheres que fabricava bonecas de biscuit. A ideia do projeto era colaborar com gestão financeira. Assim que terminou, o meu amigo deixou de acompanhar o grupo e eu gostei tanto que continuei", relata Marcela.

A partir desse momento, a economista se debruçou sobre assuntos relacionados ao terceiro setor e teve acesso às organizações do estado que trabalhavam com esse segmento da economia. "O conteúdo da faculdade é mais voltado à macroeconomia, então eu senti falta de informações sobre economia solidária. Lamento que haja pouco debate nas universidades sobre economia solidária e que o mercado esteja focado em prestador de serviço dos setores público ou privado. Tive de descontruir um pouco os conceitos da Academia e adaptá-los aos pequenos empreendimentos e ver como poderiam dialogar com o mercado capitalista", explica. Marcela atualmente trabalha na cadeia de reciclagem, acompanhando 11 grupos de catadores de materiais recicláveis em Manaus e 10 em municípios da região metropolitana.

Se o início foi complicado, na avaliação de Marcela, hoje ela identifica o segmento como uma alternativa à crise do mercado de trabalho. "O estado do Amazonas tem um alto índice de mão de obra com baixa escolaridade, ou profissionais em uma faixa etária que o mercado não absorve mais, além de pessoas vindas de comunidades ribeirinhas que vêm para o pólo industrial com muita expectativa, mas que não são contratadas. Assim nasce o mercado informal. Com a economia solidária podemos organizar grupos de trabalhadores e auxiliá-los nas possibilidades que têm de prosperar. As consultorias para o segmento podem ser vistas como uma grande oportunidade".

Segundo Marcela, o desafio está em sistematizar informações existentes sobre economia solidária e o economista é fundamental nesse processo. "É importante fomentarmos o debate para conhecermos novos caminhos de fortalecimento dos empreendimentos. Muitas vezes quem os assessoram são assistentes sociais e filósofos, falta o conhecimento do economista em mercado, escala, volume, produção, porque o mercado é capitalista. Então não adianta produzir algo que não vai ser vendido. Muitas vezes não têm estudo de mercado, portanto como vai ser inserido em um mercado disputado com a concorrência desleal? É preciso pensar empreendimentos com resultados", destaca.

Para Denise Kassama, por se tratar de uma atividade econômica, a economia solidária também carece de aprimoramentos constantes de modo a garantir sua participação no mercado consumidor. "Por isso, entendemos que o economista tem um papel fundamental neste processo, estudando as cadeias, os custos, propondo um melhor planejamento do processo", conclui.

COFECON REALIZA GINCANA NACIONAL DE ECONOMIA

Por Júlio Poloni

Juros altos, inflação e crescimento negativo do PIB. O cenário da economia brasileira é desafiador até para os economistas mais experientes. Mas, e se um estudante de Economia tivesse a chance de se aventurar a resolver essas questões?

Na Gincana Nacional de Economia, realizada anualmente pelo Cofecon, os universitários de todo o País têm essa oportunidade. Por meio de um jogo virtual, os participantes se deparam com um problema econômico e devem solucioná-lo usando conhecimento, estratégia e uma pitada de sorte. Cada carta do jogo representa uma decisão macroeconômica, que pode ter consequências como aumento da inflação ou recessão. Cada partida é realizada em três etapas, com objetivos diferentes. Ganha quem vencer duas delas.

Os participantes se deparam com um problema econômico e devem solucioná-lo usando conhecimento, estratégia e uma pitada de sorte.

As fases locais da Gincana são organizadas pelos Conselhos Regionais de Economia. Podem participar das competições os estudantes devidamente matriculados nos cursos de Ensino Superior de Ciências Econômicas. As duplas campeãs de cada estado classificam-se para a fase nacional, que é realizada pelo Cofecon. Nesse ano, a Gincana Nacional de Economia acontecerá nos dias 1º e 2 de setembro, em Natal (RN), durante o XXV Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE).

Coordenadora nacional da Gincana, a economista e conselheira federal Denise Kassama acredita que a iniciativa do Cofecon proporciona uma experiência única aos estudantes. “Além da oportunidade de testar conhecimentos, a competição em um ambiente controlado prepara os participantes para a vida profissional, pois o mercado está cada vez mais competitivo. Uma coisa é estudar os conceitos na faculdade, outra é decidir o que fazer para solucionar um problema com as variáveis disponíveis. O jogo é uma forma de fazer o estudante entender melhor os desafios de administrar a conjuntura econômica do País”, explica Denise.

Neste ano, as etapas regionais - classificatórias para a Gincana Nacional de Economia - foram realizadas entre maio e agosto, variando conforme a região. No Distrito Federal a competição aconteceu nos dias 24 e 25 de maio e consagrou as estudantes Ingrid Caroline e Rosyane Coelho, da faculdade União Pioneira da Integração Social (UPIS), como campeãs do torneio. "Foi uma oportunidade para testar os conhecimentos que adquiri em sala de aula. A prática nos faz descobrir a nossa real capacidade. A Gincana me ajudou a enxergar a economia com outros olhos, para além do que eu imaginava ou esperava. Na etapa nacional pretendo aprofundar debates com os demais participantes", relata Ingrid.

Os estudantes Marcio Rodrigo e Indiane Rubenich, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), serão os representantes do Paraná no torneio nacional. Vale lembrar que os atuais campeões também são paranaenses. Marcio e Indiane, portanto, terão a responsabilidade de defender o título. "Queremos representar bem o nosso estado e levar o nome da UFFS para todo o País. Nos motiva a oportunidade de interagir com acadêmicos de outras universidades, o contato com novos pensamentos econômicos e, claro, a viagem a Natal, que é uma das cidades mais belas do Brasil", resumem.

A Gincana Nacional é compreendida pelos estudantes como algo muito além de uma mera competição. Eles consideram uma ocasião importante para a vida acadêmica e para a carreira profissional. O clima de rivalidade paira durante as partidas, nas quais uns ganham e outros perdem, mas ao longo do evento o tom é de interação e amizade, afinal existem outros ensejos ainda mais relevantes do que o título em jogo. Assim pensa Gustavo Castro, atual campeão da Gincana Nacional de Economia ao lado de seu parceiro Luan Bernardelli.

"O evento é um divisor de águas na vida dos estudantes, pois os coloca em contato com economistas de todo o Brasil, os atualiza sobre os principais debates e traz a possibilidade de fazer parcerias", pondera Gustavo, que, após a competição, elaborou um artigo científico em conjunto com o representante do Amazonas, Bruno Ruas, terceiro colocado no mesmo torneio, e foi aprovado para ingressar em três mestrados.

Para a coordenadora da Comissão de Educação do Cofecon, Celina Ramalho, a iniciativa é fundamental para estimular os futuros economistas e a sua integração com seu futuro órgão representativo. "Neste ano a Gincana chega à sua sexta edição e o número de inscrições é crescente. Isso mostra que o projeto motiva os alunos e os incentiva para o engajamento acadêmico e profissional", observa Celina, que completa: "a participação dos estudantes nos eventos do Cofecon é uma diretriz fundamental do nosso Conselho, pois os coloca em contato com conhecimentos vitais para a sua futura atuação e os instiga a refletir sobre a economia do nosso País de maneira mais ampla e profunda".

O ENSINO DE ECONOMIA NO BRASIL: PLURALISMO EM TEMPOS DE CRISE

Por Prof. Eduardo Rodrigues da Silva | Presidente da ANGE

Com o tema “O ensino de economia no Brasil: Pluralismo em tempos de crise”, a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas (ANGE) realizará o seu XXXI Congresso, no período 05 a 07 de outubro de 2016, na cidade de Campinas. O evento é organizado em parceria com o Instituto de Economia da Unicamp e a Faculdade de Ciências Econômicas da PUC de Campinas.

O Congresso visa promover o debate sobre a formação do economista, envolvendo a participação de coordenadores de cursos, docentes, profissionais, estudantes e demais interessados. Pretende-se realizar discussões sobre os temas fundamentais da formação dos economistas e apreciações da economia contemporânea. Nesse evento também serão celebrados o 50º aniversário do IE/Unicamp e 75º aniversário da PUC de Campinas.

Apresentamos a programação resumida do XXXI Congresso da ANGE, com o intuito de estimular a presença de todos aqueles que são preocupados com a formação dos economistas.

XXXI Congresso da ANGE

QUARTA | 05/10/2016

8h00-09h45	Minicurso 1
8h00-09-45	Minicurso 2
10h00-12h00	Minicurso 3
10h00-12h00	Minicurso 4
14h00-16h00	Minicurso 5
14h00-16h00	Minicurso 6
18h00-19h00	Credenciamento
19h00-19h30	Abertura Oficial
19h30-21h00	Sessão Especial de Abertura: A atual Crise Econômica Brasileira
21h00-22h00	Coquetel de abertura e celebração do 50º aniversário do IE/Unicamp e 75º da PUCCAMPINAS Lançamento de livros

QUINTA | 06/10/2016

09H00-10H30	Sessão de Discussão 1: Alternativas metodológicas para o ensino de economia
10H45-12H15	Sessão de Discussão 2: Economia Política
14H30-16H30	Apresentação de Trabalhos Inscritos sobre Experiências Exitosas no Ensino de Economia no Brasil
16H45-18H30	Discussão de Conteúdos: Ensino de Microeconomia e de Macroeconomia: relato de experiências
19H00-20H30	Sessão Especial: Instituto de Economia da Unicamp - 50 anos contribuindo para a construção do Pensamento Econômico Brasileiro

SEXTA | 07/10/2016

09H00-10H30	Discussão de Conteúdos: TCC e Disciplinas Quantitativas: relato de experiências
10H45-12H15	Discussão de Conteúdos: Economia e Sustentabilidade
14H30-16H00	Sessão de Discussão 3: Finanças subnacionais e federalismo fiscal
16H00-17h00	Sessão de Discussão 4": A importância do pluralismo no ensino crítico
17h15-18h30	Assembléia Geral Eletiva e Encerramento

A FENECO CRESCEU

Por Federação Nacional dos Estudantes de Economia

No último mês de julho ocorreu o 42º Encontro Nacional dos Estudantes de Economia (ENECO), em São Paulo/SP. Marcada pela grande participação estudantil, a edição lotou os auditórios da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. O presidente do Conselho Federal de Economia, Júlio Miragaya, prestigiou o evento, que recebeu patrocínio da autarquia.

Além dos grandes economistas que compuseram a programação acadêmica, os espaços de formação política não foram menores no evento: desde grupos de discussão até rodas de conversa, estava em pauta o protagonismo dos estudantes nos debates. Tudo isso realizado com muita eficiência e organização, pelo o que reconhecemos e parabenizamos mais uma vez o trabalho feito pela Comissão Organizadora do XLII ENECO, composta pelos estudantes Herberrtt Lima (UFPA), Cinthia Santos (UFT), Fábio Senna (UFBA), Lailla Nayara Brito (UFAL), Junior Mascarenhas (UFMA), Paula Gabriella (UFPI), Welligton Darcio (USP), Ana Paula Guidolin (Unicamp), Bruna Ferraz (UFF-Niterói), Jorge Jalloul (UFRuralRJ), Artur Waismann (UFRGS), Pietro Homem (UFRGS), Pedro Garcia (UFG) e Fernando Henrique (UFMT).

Foi no evento que também ocorreu, como de praxe, a renovação da Direção Executiva da Federação Nacional dos Estudantes de Economia (Feneco). Com sete membros diretores e sete suplentes, a Direção Executiva é composta representando todas as regiões do Brasil, com o intuito de alcançar estudantes de economia em cada canto do País. A tarefa da reconstrução esteve latente para a gestão 2015/2016. Reconstruir a imagem da Feneco foi o primeiro passo: colocar o site no ar, criar uma nova logomarca com a participação estudantil, manutenção da página do Facebook, apresentação nos CAs e DAs, camisas. A cara da Feneco se tornou familiar para o estudante.

O segundo passo era reconstruir as estruturas da organização, por isso dois encontros ocorreram: o Seminário da Gestão, em setembro de 2015, e o Encontro de CAs e DAs do Nordeste, em outubro do mesmo ano. Eventos importantes que reuniram a Direção Executiva da Feneco com a base estudantil a fim de tirar diretrizes a serem seguidas pela gestão, ouvindo mais uma vez o que os estudantes pretendiam para federação.

Levantar discussões acerca da conjuntura e do combate a opressões também esteve em foco, pois um estudante crítico e destituído de preconceitos é o que se almeja. Tais debates ocorreram através de campanhas e participação nos centros e diretórios acadêmicos.

A participação ativa durante o XLII ENECO fez agregar mais estudantes nessa trajetória. Ocorreram durante o evento importantes Grupos de Discussão com temáticas abrangentes, desde conjuntura política e macroeconomia até o que tange à grade curricular e a profissão do economista. Dos grupos foram tiradas diretrizes para a próxima gestão, que tem a tarefa de cumpri-las até o próximo encontro.

Por fim, um passo importante foi dado ao se eleger além da Direção Executiva, a Direção Nacional da Feneco, que se encontrava inativa nos últimos anos. A Direção Nacional é composta de um representante da cada estado brasileiro, mais o Distrito Federal, e foi possível contar com a representatividade de vinte e dois estados. As diretorias serão renovadas no próximo encontro nacional, que será sediado em 2017 em Goiânia/GO, seguindo o rodízio de regiões.

Encerrou-se mais uma etapa da Feneco, com um sentimento de missão cumprida, de constatar que a Feneco cresceu e hoje está mais perto da base estudantil. Todos os membros da gestão 2015/2016 sentem-se gratificados pelo trabalho feito, reconhecendo que erros foram cometidos, na certeza de que serão superados pelas gestões futuras. A Feneco cresceu e agora não para mais!

A revista Economistas convidou os professores José Luis Oreiro e Ubiratan Iorio para escrever resenha sobre o livro "Keynes x Hayek", de Nicholas Wapshott, 2016, 448 páginas, publicado pela editora Record.

KEYNES VERSUS HAYEK? A "BATALHA DE ITARARÉ" NO PENSAMENTO ECONÔMICO DO SÉCULO XX

Por José Luis Oreiro*

A expectativa (bayesiana) de quem começa a leitura de *Keynes X Hayek: as origens e a herança do maior duelo econômico da História*, escrito por Nicholas Wapshott é de que poderá se deleitar com uma batalha épica entre o maior economista do século XX e o seu (supostamente) maior crítico. Após a leitura das 351 páginas que compõem o corpo do livro, a sensação é de frustração. Isso porque o duelo entre Keynes e Hayek foi a Batalha de Itararé da economia, ou seja, uma batalha que foi largamente esperada, mas que nunca aconteceu.

Não que não tenham ocorrido debates entre Keynes e Hayek. Com efeito, entre agosto de 1931 e fevereiro de 1932, Hayek, incentivado por L. Robbins, publicou três artigos na revista *Economica*, da prestigiosa *London School of Economics*, na qual ele fazia uma revisão bastante crítica dos argumentos apresentados por Keynes no seu recém-publicado *Treatise on Money* (1930). O primeiro desses artigos levou a réplica de Keynes no número seguinte da *Economica*, intitulado *"The Pure Theory of Money: a reply to Dr. Hayek"* (Economica, Vol, 34, Novembro). A publicação da tréplica de Hayek em 1932 foi seguida pela entrada no debate de Piero Sraffa que, a pedido de Keynes - na época editor do *Economic Journal* - fez uma crítica demolidora do livro "Prices and Production" publicado por Hayek no início de 1932.

Por mais intenso que possa ter sido o debate Hayek-Keynes-Sraffa no início da década de 1930, deve-se destacar que na época do mesmo Keynes já se encontrava no processo de elaboração de seu *Magnum Opus, A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda;* publicado em fevereiro de 1936. Seria com esse livro que Keynes passaria para a história não só como o fundador de um novo ramo do conhecimento econômico, a Macroeconomia; como também como o maior economista do século XX, responsável por "mudar a forma pela qual o mundo vê os problemas econômicos", como ele havia antecipado a Bernard Shaw numa correspondência pessoal em 1935.

* Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisador Nível IB do CNPq, líder do Grupo de Pesquisa "Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento" e Autor do livro "Macroeconomia do Desenvolvimento: uma perspectiva keynesiana" (LTC Editora, 2016). E-mail: jose.oreiro@ie.ufrj.br.

Se tivesse ocorrido um duelo épico entre Keynes e Hayek, como o título do livro parece sugerir, então o mesmo deveria ter se dado em torno das ideias apresentadas por Keynes na sua Teoria Geral, não no Treatise on Money, livro no qual Keynes ainda se movia dentro da ortodoxia prevalecente até então, qual seja, a assim chamada Tradição Neo-Wickselliana, da qual faziam parte os economistas da escola de Estocolmo como Lindahl, Myrdal e Ohlin, bem como colegas de Keynes em Cambridge como Dennis Robertson (Ver Amadeo, 1989, pp. 157-173).

O problema é que esse debate nunca aconteceu. A tão esperada crítica de Hayek à *Teoria Geral* de Keynes nunca foi escrita. Como atestado pelo autor "(...) não veio resposta de lugar algum. Hayek permaneceu em silêncio. Diante do confronto completo com Keynes, Hayek piscou" (p.186). Dessa forma, o duelo entre Keynes e Hayek se converteu na *batalha de Itararé* do pensamento econômico do século XX.

A tão esperada crítica de Hayek à Teoria Geral de Keynes nunca foi escrita.

Quais as razões que teriam levado Hayek a recuar do que poderia ter sido o confronto decisivo com Keynes? No capítulo 12 do livro, o autor afirma que Hayek nunca deu uma explicação convincente do porque de sua omissão. Oficialmente a explicação dada por Hayek é de que ele se encontrava ocupado na elaboração do que acreditava ser sua obra prima em Teoria Econômica, a qual poderia competir com a *Teoria Geral* de Keynes. Tratava-se do livro "The Pure Theory of Capital". Publicado apenas em 1941, o livro de Hayek era muito obscuro para ter qualquer chance de competir com a *Teoria Geral* de Keynes. A essa época a revolução keynesiana já era amplamente triunfante.

Uma explicação possível para o recuo de Hayek pode ser buscada no resultado de sua controvérsia com Keynes e Sraffa no início da década de 1930. Como ressaltado mesmo por autores simpáticos a Hayek - como, por exemplo, Lachmann (1986) – o debate com Keynes e Sraffa produziu um dano sério e irreversível à estatura de Hayek como teórico de economia (Kurz, 2000, p.294). Em carta a Sraffa, ninguém menos do que Joseph Schumpeter afirmou que estava plenamente de acordo com os argumentos apresentados contra Hayek. Essa controvérsia pode ter cristalizado em Hayek o sentimento de que ele não possuía a estatura teórica necessária para desafiar Keynes pela segunda vez. Dessa forma, os argumentos contrários às ideias apresentadas por Keynes na sua *Teoria Geral* seriam alinhavados por outros economistas "clássicos", notadamente Robertson e Ohlin (Ver Oreiro, 2000).

A década de 1970 marcaria a crise do keynesianismo e o recrudescimento das ideias liberais. Embora Hayek tivesse um papel importante na filosofia política do neo-liberalismo, em função do seu *The Road To Serfdom* (1944), seu papel na crítica à Macroeconomia Keynesiana seria praticamente nulo. Esta foi desafiada, não pela Teoria Austríaca do Capital, como era a intenção de Hayek, mas pela Teoria da Taxa Natural de Desemprego de Milton Friedman e pela crítica de Robert Lucas aos modelos macroeconométricos de inspiração keynesiana.

A crise financeira de 2008 permitiu a reabilitação (parcial) das ideias de Keynes, postas no ostracismo durante a vigência da assim chamada nova-síntese neoclássica. No longo-prazo Keynes ainda está vivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Amadeo, E.J. (1989). Keynes´s Principle of Effective Demand. Edward Elgar: Alserhot.
- Kurz, H. (2000). "The Hayek-Keynes-Sraffa Controversy Reconsidered" In: Critical Essays on Piero Sraffa´s Legacy in Economics. Cambridge University Press: Cambridge.
- Lachmann, L. (1986). The Market as an Economic Process. Basil Blackwell: Nova Iorque.
- Oreiro, J.L. (2000). "O Debate entre Keynes e os Clássicos sobre os Determinantes da Taxa de Juros". Revista de Economia Política, Vol. 20, n.2.

Novos Livros

KEYNES X HAYEK: AS ORIGENS – E A HERANÇA – DO MAIOR DUELO ECONÔMICO DA HISTÓRIA

Por Ubiratan Jorge Iorio*

Quando a crise mostrou sua carranca, em 2008, a antiquíssima refrega entre defensores da economia de mercado e adeptos do intervencionismo retornou à pauta. Foi nessa maré que o jornalista Nicholas Wapshott publicou seu livro, em 2011, que aborda o famoso "duelo" entre um dos expoentes da Escola Austríaca, Friedrich August von Hayek (1899 – 1992) e John Maynard Keynes (1883 - 1946).

É obra jornalística, a ser lida mais como passatempo, tal como uma revista em uma barbearia. E só. Whapshott, entre um clichê aqui e outro acolá, nos informa sobre preferências e peripécias sexuais, alturas, posturas, maneiras de se vestir, estilos dos bigodes, temperamentos e pormenores das vidas particulares dos dois economistas, mas passa superficialmente pelas controvérsias econômicas e filosóficas efetivamente acadêmicas. E cai em vários equívocos elementares, como, por exemplo, os de afirmar que John Hicks era um "economista desconhecido" que apenas teria alcançado fama por ter escrito sobre Keynes, creditar a este último o título de "criador da econometria", classificar o monetarista Milton Friedman, a Escola de Chicago e os *novos clássicos* como *hayekianos*, sustentar que Pinochet teria aplicado ideias *austríacas* no Chile, especular que políticas inspiradas em Hayek teriam provocado a crise de 2008 e dezenas de outros.

Mas o mais grave é que o autor de um livro em que Hayek é um dos dois personagens centrais desconheça os princípios mais elementares da Escola Austríaca. Primeiramente, não há qualquer referência às diferenças – importantíssimas - entre a metodologia *austríaca* e a da *mainstream*. Segundo, Hayek é associado à defesa do *laissez faire* e tratado como um teórico da "concorrência perfeita" e do "equilíbrio automático de pleno emprego", quando jamais qualquer economista austríaco defendeu isso, por considerar que, como não é possível quantificar todo o conhecimento, os mercados não devem

Nicholas Whapshott | Tradução de Ana Maria Mandim - 1ª ed. | Rio de Janeiro, Record, 2016. (351 páginas) | SBN: 978-85-01-40101-4

*Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) | Diretor Acadêmico do Instituto Ludwig von Mises do Brasil | Editor de Mises: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia | Doutor em Economia (EPGE-FGV, 1984)
ubiratan@mises.org.br

ser considerados como estados de equilíbrio, mas como processos de descoberta e articulação de conhecimentos, à espera da inteligência humana subjetiva para organizá-los. Terceiro, nota-se ignorância absoluta da teoria do capital austríaca, esboçada por Menger e aprimorada por Böhm-Bawerk. Aliás, esta terceira falha se aplica também a Keynes1 e a seu "enviado especial" Sraffa, para quem, uma vez que a demanda fosse estimulada, a alta elasticidade da oferta faria a produção crescer, quando a teoria austríaca do capital pressupõe rigidez na estrutura de capital, algo que não depende nem minimamente da famosa controvérsia entre as "duas Cambridges" sobre reswitching que aconteceria anos mais tarde. Para os austríacos, não é verdade que aumentos no consumo gerem crescimento imediato na produção ou no estoque de capital, pois são aumentos na poupança genuína que estimulam investimentos em capital, realizados pelos empreendedores com base na lucratividade esperada, que permitem aumentos futuros na produção de bens de ordens inferiores (bens de consumo).

Sem esses princípios é mesmo impossível entender que para Hayek os ciclos são provocados por poupança de menos e investimentos demais (e não o contrário, como sugeria Keynes), ou seja, por uma *poupança forçada*, por crédito se fazendo passar por poupança, até que o *boom* artificial assim induzido pelo governo desencadeia uma disputa pelo crédito, que eleva a taxa de juros, tornando inviáveis os investimentos mais voltados para os estágios iniciais da estrutura de capital, feitos inicialmente.

As crises nada mais são do que ajustamentos do processo de mercado.

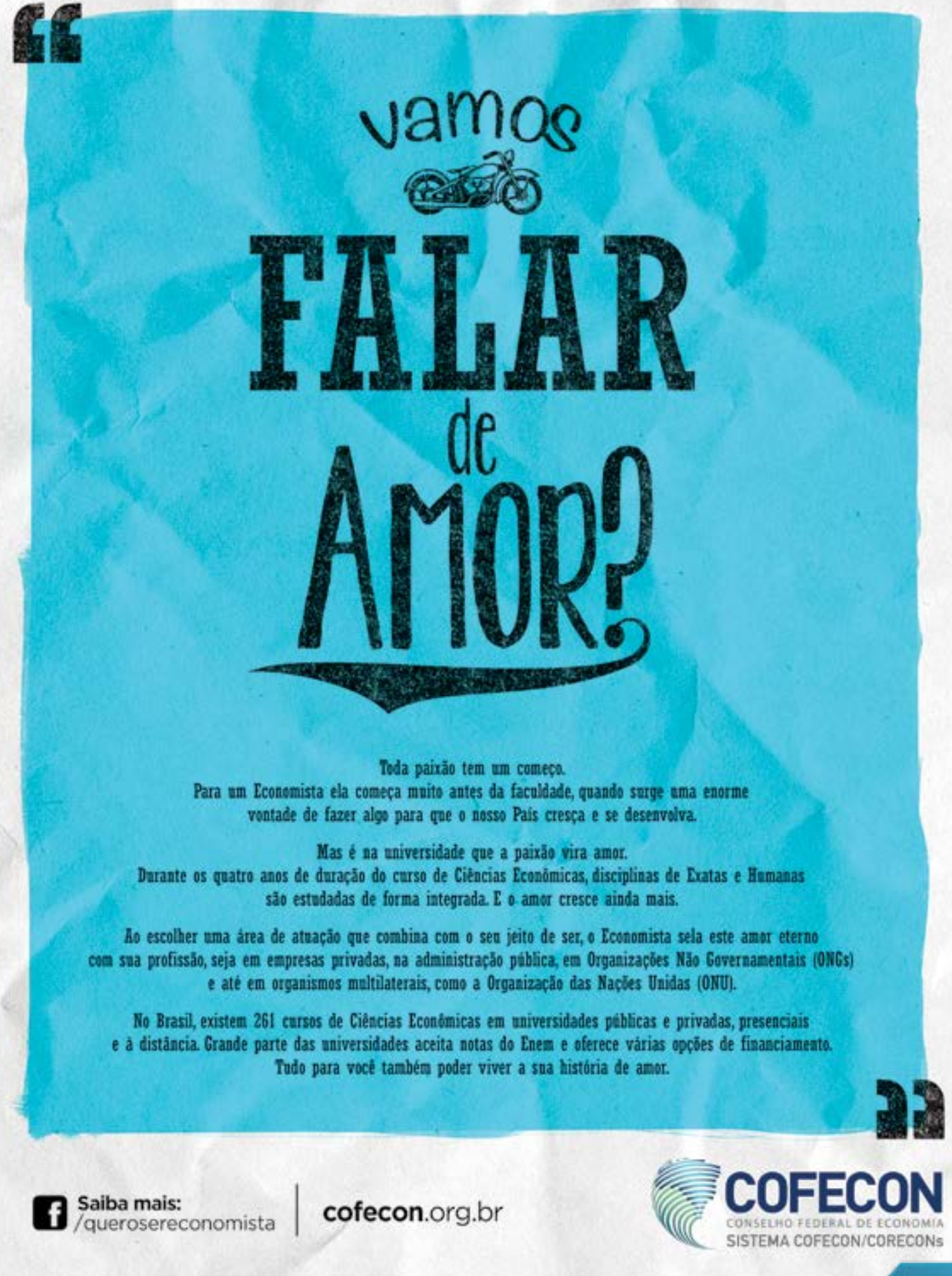
As crises nada mais são do que ajustamentos do processo de mercado, em que esses *malinvestments* são liquidados. Há sobejas evidências em favor dessa teoria. A primeira, praticamente desconhecida, é que antes das maciças intervenções governamentais da década de 30 as recessões duravam muito pouco: a gravíssima depressão de 1921 nos Estados Unidos[2] foi tão rápida que, quando o secretário de comércio Hoover conseguiu convencer o presidente Harding a intervir, ela já havia acabado e a economia retomado o crescimento. A segunda é a Grande Depressão dos anos 30, provocada por um *boom* insustentável promovido pelo governo nos anos 20 e agravada pelas medidas de enorme interferência perpetradas pelo presidente Hoover (1929-1933), antes da publicação da Teoria Geral e do tão propalado *New Deal* de Roosevelt. E a terceira é a crise que explodiu em 2008, originada pelo intervencionismo pretérito de Bush filho. Vale dizer que Mises, ainda em 1927, previu a Grande Depressão e que diversos economistas austríacos, desde o final dos anos 90, advertiram para a bolha de 2008[3] , quando toda a *mainstream* a negava.

Whapshott também não explicita o fato de que os remédios *keynesianos* são muito mais palatáveis do que os *austríacos*. Se o governo de um país passando por uma crise pedisse o meu conselho e eu sugerisse "pare de inflar crédito e os maus investimentos provocados por ele serão liquidados até que tudo voltará ao seu devido lugar" ou prescrevesse: "aumente os gastos do seu governo, incentive as famílias a gastarem mais, diminua a taxa de juros e desvalorize a taxa de câmbio", qual dos dois conselhos agradaria aos políticos? De minha parte, fico com Mises, para quem a principal tarefa dos economistas é a de dizerem aos governos o que eles não devem fazer. Mas políticos têm pavor de *austríacos*. Déficits, dívidas, inflação monetária e – ironicamente – desemprego, que o digam.

1. Para uma análise dos erros (e da inconstância) de Keynes, ver LEWIS, Hunter, Where Keynes Went Wrong and Why Governments Keep Creating Inflation, Bubbles and Busts, Axios Press, 2009 (especialmente a Parte 3) e também VERYSER, Harry C., It Didn't Have To Be This Way – Why Boom and Bust is Unnecessary and How the Austrian School of Economics Breaks the Cycle, ISI Books,2012.

2. ROTHBARD, Murray, A Grande Depressão Americana, São Paulo, IMB, 2012, p. 32.

3. Ver, por exemplo, os vídeos de Peter Schiff (especialmente https://www.youtube.com/watch?v=8lpSnECTKW8)



Lume
O QUE TEM VALOR PRA VOCÊ?
Cada um de nós carrega, dentro de si, seus próprios valores para a vida. O trabalho do economista é zelar pelos valores de uma sociedade inteira, contribuindo com milhões de histórias de sucesso, na vida e nos negócios. É assim que ajudamos a construir um país mais próspero e melhor para se viver.
13 DE AGOSTO, DIA DO ECONOMISTA.
UMA HOMENAGEM DO CONSELHO FEDERAL E DOS CONSELHOS REGIONAIS DE ECONOMIA.
COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA
www.cofecon.org.br